PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO TÂMEGA

PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL

DA

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO TÂMEGA

Considerando que:

i. Os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) constituem uma contribuição fundamental para a recuperação económica e estrutural do país, consagrada no Acordo de Parceria que Portugal assinou com a Comissão Europeia, onde foram adotados os princípios de programação da «Estratégia Europa 2020» e políticas de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial.

ii. A aplicação dos FEEI em Portugal está subordinada às prioridades de promoção da competitividade e internacionalização da economia, de formação de capital humano, de promoção da coesão social e territorial, da reforma do Estado, no quadro do desenvolvimento sustentável e das exigências do processo de consolidação orçamental.

iii. As Estratégias Territoriais previstas no Acordo de Parceria configuram um contributo muito relevante para o reforço da dimensão territorial da Estratégia Europa 2020.

iv. Em concreto, o Acordo de Parceria propõe, para o período 2014-2020, como referência territorial para a concretização de Investimentos Territoriais Integrados (ITI) a escala NUTS III, através de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.

v. A concretização de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT), devidamente ancorados em estratégias de desenvolvimento territorial estabelecidas para as NUTS III (coerentes com a estratégia da respetiva NUTS II e de nível nacional) devem contribuir para a prossecução de objetivos temáticos e prioridades de investimento identificados no Acordo de Parceria.

vi. Os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial são aprovados na sequência de um processo de seleção concorrencial envolvendo as Comunidades Intermunicipais/ Áreas

Metropolitanas, da responsabilidade de uma Comissão constituída por representantes das Autoridades de Gestão (AG) dos Programas Operacionais (PO) mobilizados, das CCDR, da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP, e por peritos exteriores à Administração Pública.

vii. Com a conclusão do processo de seleção e de aprovação de cada um dos Pactos, a sua gestão será formalmente contratualizada com as AG dos PO financiadores, conforme o previsto no n.º 7 do artigo 65.º do DL n.º 137/ 2014, de 12 de setembro.

viii. Na sequência do convite para apresentação de candidaturas, de 12 de novembro de 2014, para o reconhecimento de Estratégias Integradas de Desenvolvimento territorial (EIDT), a 25 de fevereiro de 2015 foi reconhecida, pela respetiva Comissão de Avaliação, a EIDT para a NUTS III Alto Tâmega.

ix. A 17 de março de 2015 foi publicado o Convite nº 3/ 2015 para apresentação de candidaturas visando a aprovação de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.

x. O processo de seleção dos PDCT envolveu duas fases, conforme previsto no ponto 4.6 do Convite, a 1ª fase relativa à avaliação da coerência e qualidade do PDCT e a 2ª fase relativa à negociação da configuração e razoabilidade dos investimentos, dos compromissos em termos de metas e resultados e da capacidade de concretização do Pacto.

xi. O processo de negociação, correspondente à 2ª fase, permitiu concluir um acordo entre as Autoridades de Gestão dos PO financiadores e a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega.

é celebrado o presente contrato entre:

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte, neste ato representada por Emídio Gomes que outorga na qualidade de Presidente da Comissão Diretiva, por inerência do cargo de Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, nos termos previstos na Resolução de Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro;

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (PO SEUR), neste ato representada por Helena Azevedo que outorga na qualidade de

Presidente da Comissão Diretiva, nos termos previstos na Resolução de Conselho de Ministros nº 73-B/2014, de 16 de dezembro;

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), neste ato representada por Domingos Lopes que outorga na qualidade de Presidente da Comissão Diretiva, nos termos previstos na Resolução de Conselho de Ministros nº 73-B/2014, de 16 de dezembro;

Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020, neste ato representada por Patrícia Cotrim que outorga na qualidade de Gestora da Autoridade de Gestão, nos termos previstos no Despacho n.º 13279-F/2014, de 31 de outubro;

e a

Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, neste ato representada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal, Rui Vaz Alves.

O presente Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial tem a natureza jurídica de um contrato e rege-se pelo disposto nas cláusulas seguintes e nos documentos Anexos, que dele fazem parte integrante:

Cláusula 1ª

Objeto

O Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (adiante designado de Pacto) é celebrado ao abrigo do artigo 65º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, e define, em complemento à aplicação da regulamentação comunitária e nacional aplicável, os termos e condições em que as Autoridades de Gestão (AG) dos PO financiadores apoiam o programa de ação acordado com a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (adiante designada por Comunidade Intermunicipal), e os compromissos desta entidade em termos de investimentos, metas e resultados a alcançar.

Cláusula 2ª

Dotação financeira

1. Para o financiamento do Pacto, as Autoridades de Gestão dos PO financiadores asseguram para o período de vigência do Programas um apoio global de Fundo que totaliza 45.448.662,54 euros.

2. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte assegura um apoio de 19.260.291,00 euros FEDER e de 19.444.784,33 euros FSE, que totalizam um montante de 38.705.075,33 euros para comparticipar os projetos enquadrados nas Prioridades de Investimento previstas no Anexo 1.

3. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (PO SEUR) assegura um apoio de 600.000,00 euros do Fundo de Coesão, para comparticipar os projetos enquadrados nas Prioridades de Investimento previstas no Anexo 1.

4. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE) assegura um apoio de 1.429.912,21 euros do FSE, para comparticipar os projetos enquadrados nas Prioridades de Investimento previstas no Anexo 1.

5. A Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020 assegura um apoio de 4.713.675,00 euros do FEADER, para comparticipar os projetos enquadrados nas Medidas previstas no Anexo 1.

6. Os compromissos assumidos para algumas das prioridades de investimento estão condicionados à conclusão dos processos de mapeamento previstos nos textos dos PO, nos casos em que se aplicam.

Cláusula 3ª

Metas, resultados, acompanhamento e avaliação

1. A Comunidade Intermunicipal compromete-se a contribuir para o cumprimento das metas dos PO financiadores através das metas dos indicadores de realização e dos indicadores de resultado associados às prioridades de investimento/ tipologias de operações contratualizadas no Pacto (Anexo 2).

2. Nos termos do n.º 10 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 137/ 2014, de 12 de setembro, o Pacto integra uma reserva de desempenho correspondente a 6% da dotação prevista na cláusula 2.ª, ao nível do PO e Fundo, que não poderá ser comprometida até à conclusão da avaliação prevista no número seguinte.

3. O Pacto é objeto de avaliação intercalar em 2019, podendo ser alvo de revisão, em sentido decrescente ou crescente, ou rescisão em função do grau de concretização das metas previstas para 2018 nos indicadores de realização e resultado, nos termos a definir na operacionalização do quadro de desempenho do Portugal 2020 e dos seus programas, conforme definido no ponto 9.2. do convite n.º3/2015 ao abrigo do qual o presente Pacto foi selecionado.

4. A Comunidade Intermunicipal, conforme estabelecido na regulamentação comunitária e nacional aplicável, compromete-se a responder atempadamente a todas as solicitações das entidades europeias, nacionais e dos PO financiadores, nomeadamente relacionadas com os processos de acompanhamento, monitorização e avaliação.

5. De forma autónoma à avaliação referida no número 3 da presente cláusula a Comunidade Intermunicipal compromete-se a realizar uma avaliação intercalar de operacionalização e dos primeiros resultados da implementação do Pacto, a concluir até ao final do 1.º trimestre de 2019, com informação reportada até 31 de dezembro de 2018.

Cláusula 4ª

Vigência

O presente Pacto produz efeitos na data da sua assinatura, sendo válido enquanto vigorarem os Programas Operacionais e não for denunciado por algum dos subscritores.

Cláusula 5ª

Elementos integrantes do Pacto

1. As competências delegadas, bem como os restantes direitos e deveres da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega enquanto organismo intermédio, onde se incluem os

elementos previstos nas alíneas a) e d) do n.º 7 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, serão objeto de adenda ao presente contrato, a outorgar com cada uma das Autoridades de Gestão dos PO financiadores na sequência da homologação prevista na alínea g) do n.º 2 do artigo 10.º do mesmo diploma.

2. Relativamente ao FEADER, a delegação de competências associada à concretização do presente Pacto será também objeto de adenda a celebrar entre a AG do PDR 2020 e a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega.

3 – Fazem ainda parte integrante do Pacto os seguintes anexos:

Anexo 1: Quadro de financiamento por Programa Operacional, Fundo e Prioridade de Investimento ou Medida

Anexo 2: Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do Pacto (realização e resultado) para 2018 e 2023

Anexo 3: Pacto aprovado pelas AG dos Programas financiadores

Guimarães, 5 de agosto de 2015

O presente Pacto é feito em quintuplicado, sendo assinado pelas partes, valendo estes exemplares como originais.

O Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Norte (NORTE2020)

Emídio Gomes

A Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (PO SEUR)

Helena Azevedo

O Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE)

Domingos Lopes

A Gestora do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020

Patrícia Cotrim

O Presidente do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega

Rui Vaz Alves

ANEXO 1

Quadro de financiamento por Programa Operacional, Fundo e Prioridade de Investimento ou Medida

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO TÂMEGA

Anexo 1

Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM do Alto Tâmega

Quadro de financiamento por Programa Operacional, Fundo e Prioridade de Investimento ou Medida

Prioridade de Investimento/Medida	Programa Operacional	FEDER	FSE	Fundo de Coesão	FEADER	Fundo Total
02.03 - O reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a infoinclusão, a cultura em linha e a saúde em linha	PO NORTE	2.342.214,81				2.342.214,81
03.M04 - Investimentos em ativos físicos	PDR 2020				4.713.675,00	4.713.675,00
04.03 - A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação	PO NORTE	6.932.550,76				6.932.550,76
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes	PO SEUR			600.000,00		600.000,00
08.03 - Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	PO NORTE		7.179.291,23			7.179.291,23
08.08 - A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	PO NORTE	2.199.425,54				2.199.425,54
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade	PO NORTE		7.931.049,61			7.931.049,61
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade	POISE		219.390,21			219.390,21
09.04 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	POISE		1.210.522,00			1.210.522,00
09.07 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	PO NORTE	2.686.099,89				2.686.099,89
10.01 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	PO NORTE		4.334.443,49			4.334.443,49
10.05 - Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	PO NORTE	5.100.000,00				5.100.000,00
	Total	19.260.291,00	20.874.696,54	600.000,00	4.713.675,00	45.448.662,54
	Total PO NORTE	19.260.291,00	19.444.784,33			38.705.075,33
	Total PDR 2020				4.713.675,00	4.713.675,00
	Total PO SEUR			600.000,00		600.000,00
	Total PO ISE		1.429.912,21			1.429.912,21

ANEXO 2

Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do Pacto (realização e resultado) para 2018 e 2023

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO TÂMEGA

Anexo 2

Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM do Alto Tâmega

Quantificação das metas dos indicadores de desempenho (realização e resultado) para 2018 e 2023

Prioridade de Investimento/Medida - Programa Operacional (Fundo)	Indicadores						
	Designação	Tipo de Indicador	Unidade de Medida	Valor base	Meta		Dotação Fundo Contratado
					2018	2023	
02.03 - PO NORTE (FEDER)	Serviços da Administração Pública apoiados	Realização	N.º	0	1	3	2.342.214,81
	Câmaras Municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na internet no total de câmaras	Resultado	%	50%	50%	83%	
	Individuos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses no total de individuos	Resultado	%	19,70%	19,70%	45%	
03.M04 - PDR 2020 (FEADER)	Segurança de barragens - n.º de projetos	Realização	N.º	0	4	4	1.262.250,00
	Segurança de barragens - despesa pública contratada	Realização	Euros	0	1.485.000	1.485.000	
	Regadios tradicionais - área a beneficiar	Realização	ha	0	1.480	1.850	3.451.425,00
	Regadios tradicionais - despesa pública contratada	Realização	Euros	0	3.248.400	4.060.500	
04.03 - PO NORTE (FEDER)	Redução anual do consumo de energia primária nos edificios públicos	Realização	kWh/ano	0	3.343.936	13.375.745	6.932.550,76
	Consumo de energia primária na administração regional e local	Resultado	tep	235.365	234.065	228.865	
05.02 - POSEUR (Fundo de Coesão)	Superficie de espaço florestal beneficiada com a rede de defesa da floresta contra incêndios	Realização	ha	0	147	490	500.000,00
	Taxa de cobertura do risco espacial de incêndio com rede de defesa da floresta	Resultado	%	0	3	10	
	Estudos, Cartografia e outros documentos de informação e conhecimento produzidos	Realização	N.º	0	6	6	21.800,00
	Instrumentos de planeamento de emergência e proteção civil elaborados	Realização	N.º	0	6	6	78.200,00
	Superficie do território com conhecimento melhorado em identificação e/ou atuação de riscos especificos	Resultado	ha	0	9.000	30.000	
08.03 - PO NORTE (FSE)	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	Realização	N.º	0	574	957	7.179.291,23
	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	Resultado	N.º	60%	60%	70%	
08.08 - PO NORTE (FEDER)	Empresas que beneficiam de apoio	Realização	N.º	0	18	88	2.199.425,54
	Postos de trabalho criados	Resultado	N.º	0	25	123	
09.01 - PO NORTE (FSE)	Participantes em ações de trabalho socialmente necessário	Realização	N.º	0	1.903	3.172	7.931.049,61
	Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário	Resultado	N.º	37%	37%	42%	
09.01 - PO ISE (FSE)	Entidades acreditadas na Bolsa do Voluntariado	Realização	N.º	0	138	369	219.390,21
	Entidades que aderiram a iniciativas de voluntariado face às acreditadas na Bolsa de Voluntariado	Resultado	%	0	70%	90%	
09.04 - POISE (FSE)	Projetos apoiados de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis	Realização	N.º	0	3	8	1.210.522,00
	Projetos concluídos de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis	Resultado	%	0	70%	90%	
09.07 - PO NORTE (FEDER)	Equipamentos sociais e de saúde apoiados	Realização	N.º	0	3	11	2.686.099,89
	Acréscimo de utentes nos equipamentos sociais apoiados	Resultado	%	0	3%	10%	
10.01 - PO NORTE (FSE)	Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar	Realização	N.º	0	1	1	4.334.443,49
	Alunos envolvidos nas atividades de combate ao insucesso escolar	Resultado	N.º	0	1.340	2.250	
10.05 - PO NORTE (FEDER)	Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas	Realização	N.º	0	236	944	5.100.000,00
	Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos)	Resultado	%	82%	82,25%	82,53%	
	Total Geral						45.448.662,54

ANEXO 3

PACTO aprovado pelas AG dos Programas financiadores

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO TÂMEGA

Histórico Candidatura EIDT-99-2015-02-013 Versão 5

Caracterização do Promotor

Aviso

Código	Designação
EIDT-99-2015-02	Convite para a apresentação de candidaturas para a aprovação de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial

Programa Operacional

Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial

Eixo Prioritário

Não aplicável

Objetivo Temático

Não aplicável

Prioridade de Investimento

Não aplicável

Tipologia de intervenção

Não aplicável

Plano Estratégico

Identificação do Promotor

NIF	Nome ou Designação Social
510957579	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO TÂMEGA

Morada (Sede Social)

AVENIDA DOS ALIADOS Nº 9

Código Postal	Localidade
5400-038	CHAVES
NUT III	**NUT II**
Alto Tâmega	Norte
Telefone	**E-mail**
276301000	geral@cimat.pt
Telefax	**URL**
276333630	http://www.cimat.pt

Tipologia de Beneficiário

Associações de autarquias locais - Comunidade Intermunicipal

Identificação do Responsável Técnico da Operação

Nome Responsável	Telefone Responsável
João Gonçalves Martins Batista	276 301 000
Cargo Responsável	**Telemóvel Responsável**
Primeiro Secretário	968 493 300
Serviço/Departamento	**Email Responsável**
Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega	joao.batista@amat.pt
	Email Alternativo

Experiência do Promotor

Experiência do Promotor na implementação de Pactos

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização âmbito do QREN, incluindo dos resultados alcançados]

Apesar da constituição da comunidade intermunicipal ser recente, os municípios e atores do Alto Tâmega apresentam um histórico de trabalho conjunto assinalável. De facto, a materialização de um conjunto de iniciativas conjuntas, revela a existência de uma forte identidade própria e de um notável espírito de interação

e entreajuda entre os atores regionais do Alto Tâmega na materialização de iniciativas concretas.

Com origens remotas, onde sobressaem o Gabinete de Apoio Técnico do Alto Tâmega (GAT AT) e o Agrupamento de Municípios do Alto Tâmega, destaca-se a existência de entidades cujo trabalho realizado enriquece a base de construção do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, podendo-se evidenciar a Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega (ADRAT), a Associação de Municípios do Alto Tâmega (AMAT), a Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso (EHATB), ou a Associação Empresarial do Alto Tâmega (ACISAT).

O dinamismo destas entidades fez com que ao longo dos tempos fosse sendo construída uma visão estratégica comum para o Alto Tâmega e implementadas ações concretas que se constituem como uma experiência relevante para a implementação deste Pacto, podendo-se destacar: Pacto para o Desenvolvimento do Alto Tâmega/Plano Integrado de Desenvolvimento Económico do Alto Tâmega, Pacto Agrário do Alto Tâmega, Plano de Ação Intermunicipal de Serviços Coletivos e de Proximidade, Estratégia da Rede de Cidades Ecológicas e Inovadoras de Trás os Montes, Plano de Ação para Compensação Socioeconómica e Cultural, Agenda Estratégica dos Territórios da Fronteira Interior/Transmontana, Projeto Aquanattur ± Programa PROVERE, ou o mais recente documento do Desenvolvimento Local de Base Comunitária.

Em particular, no que concerne capacidade de implementação da contratualização no âmbito do QREN, é importante destacar que os municípios que atualmente constituem a CIM AT eram parte integrante da Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes (CIM TM). Constituída formalmente em março de 2009, a CIM-TM integrava 15 municípios, organizados formalmente nas Associações de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano, da Terra Quente Transmontana e do Alto Tâmega.

No âmbito do "Contrato de delegação de competências com Subvenção Global" estabelecido com a Autoridade de Gestão do ON2, e tendo em consideração todas as alterações sofridas ao longo do processo, na CIM TM foram implementados 76 projetos, envolvendo 69,2 milhões de Euros. Nos 6 Municípios do Alto Tâmega, foram realizados 33 desses projetos num total de 30,7 milhões de Euros (44,3% do total da CIM TM), correspondendo a uma média por projeto próxima dos 900.000 Euros (dados reportados a março de 2014).

No Alto Tâmega destaca-se claramente a concentração do volume de cofinanciamento no Regulamento Específico "MT: Mobilidade Territorial" que absorveu41,4% da subvenção (12,7 milhões de Euros) e no Regulamento Específico ³RRE: Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar" que absorveu, 42,1% (12,9 milhões de Euros). No Alto Tâmega encontra-se também o único caso de aplicação do regulamento "PCI: Promoção e Capacitação Institucional" o Centro de Artes Nadir Afonso, de Boticas, com um cofinanciamento próximo dos 1,8 milhões de Euros.
Importa também destacar, no âmbito da contratualização, a importância que os municípios de Trás-os-Montes, em particular no Alto Tâmega, atribuíram à eficiência, eficácia e sustentabilidade das intervenções. O exercício de Avaliação da Subvenção Global e do PTD, realizado no início de 2014, evidenciou que, nas áreas em que a Subvenção Global se focou, nomeadamente na Requalificação dos Centros Escolares e na Mobilidade Territorial, a Subvenção Global foi de uma grande Eficácia, dando um forte impulso ao cumprimento dos objetivos delineados no PTD e à mitigação dos problemas aí identificados. Relativamente à Eficiência, aferida na medida da existência de adequada relação custo-benefício entre os recursos utilizados e as ações implementadas face aos resultados obtidos, o exercício de avaliação evidenciou também que os projetos implementados se revelaram a melhor forma de atingir os objetivos propostos, não existindo alternativas significativas aos projetos selecionados e implementados. Merece ainda referência que o exercício de avaliação evidenciou que, pelo facto de terem sido apoiados sobretudo projetos de infraestrutura, os resultados obtidos apresentam uma elevada Sustentabilidade, apresentando efeitos e mudanças estruturais que irão perdurar no tempo.

Em síntese, estes dados revelam uma relevante seletividade na identificação dos investimentos prioritários e demonstram uma elevada capacidade na correta implementação e gestão de projetos de dimensão significativa, procedendo, sempre que necessário, a adaptações decorrentes das alterações que ocorreram ao longo do processo de contratualização no âmbito do QREN.

Copromotores Não Municipais

NIF	Designação	Prioridade Investimento
503455857	ASSOCIAÇÃO BORDA D'ÁGUA	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;
507691350	ASSOCIAÇÃO CHAVES SOCIAL	Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral;
504229265	ASSOCIAÇÃO FLÔR DO TÂMEGA PARA APOIO A DEFICIENTES	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;
509266614	CASES	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;
509266614	CASES	A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;
509266614	CASES	Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;
600082440	DIRECÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	Valorização dos recursos florestais
600000354	DIRECÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE	Valorização dos recursos florestais
510853170	GERAÇÃO SOLIDÁRIA	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;
501442600	INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;
501442600	INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;

501442600	INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;
510089224	IPDJ	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;
510089224	IPDJ	A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;
E111111013	JUNTA DE AGRICULTORES DA PONTA DO BICC	Valorização dos recursos florestais
E111111014	JUNTA DE AGRICULTORES DE ADAGOI E MONTEIROS	Valorização dos recursos florestais
E111111015	JUNTA DE AGRICULTORES DE CABANAS	Valorização dos recursos florestais
E111111016	JUNTA DE AGRICULTORES DE CASAS DE MONFORTE	Valorização dos recursos florestais
E111111017	JUNTA DE AGRICULTORES DE COVAS DE BARROSO	Valorização dos recursos florestais
E111111018	JUNTA DE AGRICULTORES DE DONÕES	Valorização dos recursos florestais
E111111019	JUNTA DE AGRICULTORES DE EIRIZ E VREIA DE BORNES	Valorização dos recursos florestais
E111111020	JUNTA DE AGRICULTORES DE LOIVOS	Valorização dos recursos florestais
E111111021	JUNTA DE AGRICULTORES DE MOURILHE	Valorização dos recursos florestais
E111111022	JUNTA DE AGRICULTORES DE RIBEIRA DE VACAS NO BRAGADO	Valorização dos recursos florestais
E111111023	JUNTA DE AGRICULTORES DE RIO TORTO	Valorização dos recursos florestais
E111111024	JUNTA DE AGRICULTORES DE SEARA VELHA	Valorização dos recursos florestais
E111111025	JUNTA DE AGRICULTORES DE SOUTELO DE MATOS	Valorização dos recursos florestais
E111111026	JUNTA DE AGRICULTORES DE VILA NOVA DE VEIGA	Valorização dos recursos florestais
E111111027	JUNTA DE AGRICULTORES DE VIVEIRO	Valorização dos recursos florestais
E111111028	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO DE PITÕES DAS JÚNIAS	Valorização dos recursos florestais
E111111029	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO DE TINHELA	Valorização dos recursos florestais
E111111030	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO TRADICIONAL DA PENEDONES	Valorização dos recursos florestais
E111111031	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO TRADICIONAL DE PADORNELOS	Valorização dos recursos florestais

E111111032	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO TRADICIONAL DE PARAFITA	Valorização dos recursos florestais
901003506	JUNTA DE AGRICULTORES REGADIO DA LEVADA DA ALDEIA	Valorização dos recursos florestais
E111111034	JUNTA DE AGRICULTORES REGADIO DA LEVADA DO BUCHEIRO	Valorização dos recursos florestais
E111111035	JUNTA DE AGRICULTORES REGADIO DA LEVADA DO OURO DE CIMA	Valorização dos recursos florestais
E111111036	JUNTA DE AGRICULTORES REGADIO DE CARVALHELHOS	Valorização dos recursos florestais
E111111037	JUNTA DE AGRICULTORES REGADIO DE VILA GRANDE	Valorização dos recursos florestais
E111111038	JUNTA DE AGRICULTORES REGADIO DO RIO TINHELA NA LAGOA	Valorização dos recursos florestais
600015467	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA	Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas;
506790878	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BOTICAS	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;
501745963	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTALEGRE	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;

Caracterização do Pacto

Identificação da área de intervenção do Pacto

NUTS III

Alto Tâmega

Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial
Situação atual do território

O território de incidência do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Alto Tâmega corresponde ao território da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIM AT).
Este território abrange os municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar, apresentando uma superfície de 2 922 km2 e compreendendo um total de 94 143 residentes, correspondentes a cerca de 13,7% da área e 2,6% da população da Região Norte (INE 2011).

A constituição da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIM AT) veio trazer novas perspetivas e desafios de desenvolvimento. Os seis municípios deste território apresentam uma superfície de 2 922 km2 e compreendem um total de 94 143 residentes, correspondentes a cerca de 13,7% da área e 2,6% da população da Região Norte (INE 2011).

ENQUADRAMENTO GERAL

O Alto Tâmega posiciona-se como um território de fronteira com a Galiza e como um território de articulação entre o litoral e o interior transmontano, sendo parte do eixo estruturante Chaves ± Vila Real ± Régua ± Lamego ± Viseu, fundamental para a consolidação de uma malha urbana coesa no nordeste português. Como centro urbano de dimensão superior neste território, Chaves é assumida como Cidade Regional, possuindo capacidades de polarização e estruturação de espaços territoriais alargados por via da sua dimensão física, funcional e relacional.

Como vetores relevantes da estruturação do território, as infraestruturas rodoviárias têm vindo a ser alvo de uma significativa melhoria, destacando-se o papel da A7 e da A24, que contribuem para diminuir o ancestral isolamento da região ± afastada das principais cidades, mercados e centros de decisão.
A questão demográfica é marcante no Alto Tâmega e deverá ser enfrentada nas estratégias e instrumentos que se definam para a sub-região, incluindo naturalmente a apresentada neste Pacto. Com os seus 94 143 residentes, a densidade populacional média da sub-região, de 33,2 hab/km2, é cinco vezes inferior à média da região Norte.

A perda de população do Alto Tâmega tem vindo a ocorrer a um ritmo superior ao do resto do país. Entre 2001 e 2011 o número de habitantes no Alto Tâmega decresceu 10%.
O Alto Tâmega apresenta assim uma pirâmide demográfica envelhecida e baixas taxas de natalidade, apresentado um índice de envelhecimento de 269,1 (Região Norte: 113,3) e um Índice de Dependência de Idosos de 48,7 (Região Norte: 25,2).

Sendo estes elementos fundamentais para a caraterização da situação atual do território, apresentam-se em seguida breves sínteses, alinhadas com os Objetivos definidos para este Pacto, que por sua vez se relacionam com os Objetivos Temáticos e com as Prioridades de Investimento mobilizáveis nos Pactos, e que permitem fundamentar as opções adotadas.

MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (OT2)

Num contexto de constrangimentos financeiros, a reorganização da rede de serviços é uma realidade que afeta várias regiões do país, incluindo o Alto Tâmega. A fragilidade demográfica desta região agrava as consequências desta reorganização, diminuindo a capacidade de acesso dos cidadãos a serviços de educação, saúde, justiça ou segurança social. É consensual a necessidade de criar redes de serviços partilhados que, no âmbito de uma unidade territorial mais alargada, como uma Comunidade Intermunicipal, possa ultrapassar em parte os constrangimentos no acesso a estes serviços, beneficiando os cidadãos. Impõe-se o reforço da capacidade institucional da eficiência da administração pública como meta fundamental. Sendo a CIM AT uma realidade administrativa recente, mostra-se relevante aproveitar esta oportunidade para promover e a eficiência da administração pública numa lógica articulada e em rede, de forma a evitar que este setor constitua um obstáculo ao desenvolvimento.

ENERGIA E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA (OT4)

A energia constitui um vetor central da economia do Alto Tâmega. Destaca-se a sua capacidade de produção a partir de fontes hídricas e eólicas. Os cerca de 1000MW de potência instalada representam mais de três quartos da existente no distrito de Vila Real e 15% de toda a região Norte. Estas percentagens aumentarão consideravelmente aquando da concretização dos projetos de construção de novas barragens em curso.
As seis Câmaras Municipais da sub-região criaram em 1989 a sociedade "Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA" (EHATB), com o objetivo de desenvolver atividades que tivessem por fim o aproveitamento de recursos naturais no Alto Tâmega e cujos recursos têm permitido apoiar iniciativas relacionadas com o desenvolvimento da região.

É também de evidenciar que o Alto Tâmega apresenta um reduzido consumo total de energia elétrica por consumidor (3.179 kwh/ano/consumidor: menos de metade do realizado no resto do país). Destaca-se o reduzido peso que a indústria apresenta nestes consumos.

PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS (OT5)

O território do Alto Tâmega está rodeado por grandes áreas de interesse natural, conferindo-lhe um enquadramento privilegiado em termos de biodiversidade e riqueza paisagística. A região é delimitada a

Noroeste pela Peneda-Gerês, a Sul pelo Alvão-Marão e a Nordeste por Montesinho-Nogueira. A Norte, o Alto Tâmega é delimitado pelo parque Invernadeiro, em Espanha, que fecha esta limitação natural da região. Destacam-se ainda, dentro do seu território, as serras do Barroso, Larouco e Falperra. A importância destas zonas é reconhecida nacional e internacionalmente através do seu enquadramento em diferentes contextos de proteção e conservação da natureza, incluindo a Rede Natura 2000 e a Rede Nacional de Áreas Protegidas.
Atendendo ao passado recente, nestas áreas os incêndios florestais merecem especial atenção e exigem, a par dos restantes riscos uma estratégia e ações concretas que envolvam várias entidades na área da proteção civil. Destaca-se que em 2013 a área ardida na sub-região foi superior a 18.000ha (13.000ha em 2011 e 9.000 em 2010ha), sobressaindo Vila Pouca de Aguiar, Valpaços e Boticas, com áreas ardidas significativas.

AMBIENTE E USO DOS RECURSOS (OT6)

Relativamente aos recursos, no Alto Tâmega destaca-se a Água como transversal à maioria das temáticas exploradas: a produção agrícola, a geração de energia, a atividade turístico-termal, ou a própria imagem externa do território. A proteção e valorização do recurso água são tidas como fundamentais, sendo incluídas na Visão de longo prazo definida para o território.

EMPREGO E EMPREENDEDORISMO (OT8)

No Alto Tâmega a população ativa atinge quase os 34.500 indivíduos (2011), correspondendo, aproximadamente, a 37% da população total. Ao nível nacional, essa proporção ultrapassa os 47%, o que revela uma menor disponibilidade de força de trabalho no Alto Tâmega em comparação com o resto do país. No mesmo ano, havia no Alto Tâmega 16.025 indivíduos ao serviço de empresas não-financeiras. Relativamente ao desemprego, estava reportada em 2011 uma taxa de 12,7% ± um valor ligeiramente abaixo da média da região Norte e de Portugal.
No que concerne em particular ao empreendedorismo, existe um conjunto de setores que se destacam, apresentando condições particularmente favoráveis à ocorrência de iniciativas empreendedoras. Neste caso, podem salientar-se desde logo as áreas alargadas do Turismo e do Agroflorestal. Estes setores têm

sobressaído no âmbito das iniciativas e experiencias recentes na área do empreendedorismo, onde se poderá destacar o Plano de Ação Territorial para a Promoção do Empreendedorismo no Alto Tâmega ou o projeto Erasmus+ Incub Training, promovidos pela ADRAT, assim como as diversas iniciativas individuais dos diferentes municípios.

INCLUSÃO SOCIAL (OT9)

Para além da questão da desertificação, isolamento e envelhecimento da população, já abordada anteriormente, uma breve análise à temática da inclusão social poderá ser realizada através dos indicadores relacionados com os beneficiários de subsídios estatais. No que concerne os apoios estatais para o desemprego destaca-se uma percentagem de atribuição destes subsídios inferior à praticada no Norte e em Portugal (1,8% da população contra 3,7% e 3,5% respetivamente). Similarmente, a percentagem de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) no Alto Tâmega é também ligeiramente inferior à média da região Norte de Portugal (cerca de 3600 beneficiários: 3,9% da população contra 4,6% e 4,0% respetivamente). No Alto Tâmega, os valores das pensões e subsídios situam-se, em todos os tipos de subvenções, abaixo das médias nacionais e da região Norte. Esta discrepância é mais visível nas pensões por velhice e invalidez.
Face a este cenário, os municípios apoiam e promovem uma rede de apoio social de proximidade, em resposta aos problemas dos cidadãos, envolvendo parceiros locais, tal como as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). Estas oferecem instalações e serviços em todos os municípios do Alto Tâmega, providenciando apoio através de creches e berçários, jardins-de-infância, ATL, centros de dia e lares, serviço de apoio domiciliário e centros de apoio a deficientes, entre outros. Estas estruturas contribuem para colmatar lacunas dos sistemas públicos de apoio social, garantindo um maior suporte aos escalões mais frágeis da estrutura social.

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO (OT10)

A população do Alto Tâmega apresenta baixos níveis de formação e qualificação quando comparada com a

realidade nacional: mais de metade da população não tem escolaridade ou frequentou apenas o 1º Ciclo do Ensino Básico. Todavia, regista-se uma tendência positiva de melhoria da qualificação dos residentes ao longo dos últimos anos. Adicionalmente, salientam-se níveis de abandono escolar superiores à média nacional (1,7% no AT e 1,6% em Pt).
No domínio equipamentos escolares, tem-se assistido a uma reorganização do parque escolar, com a redução de um número elevado de escolas de diferentes níveis de ensino. Destaca-se a drástica redução recente de estabelecimentos de ensino pré-escolar e básico.

O ensino superior está agora reduzido a uma instituição, sendo de destacar o recente afastamento da UTAD em relação ao seu polo de Chaves. Ao invés, a formação profissional tem, neste território, uma importância capital, destacando-se a Escola Profissional de Chaves, que trabalha com todos os municípios, e que oferece Cursos Profissionais de Dupla Certificação.

Análise SWOT

Principais Oportunidades

Como principais Oportunidades relativas ao Alto Tâmega destacam-se:

- Constituição da CIM como nova unidade administrativa, consolidando uma abordagem integrada entre os diferentes municípios;

- Quadro comunitário de apoio 2014-2020, que disponibiliza apoios financeiros em áreas temáticas particularmente relevantes neste território;
- Potencial para colaboração transfronteiriça, que abre a possibilidade de aprofundamento de cooperações transfronteiriças;

- Contexto favorável ao investimento em estratégias de sustentabilidade energética;

- Tendências internacionais na área do turismo cultural e de natureza.

Principais Ameaças

Como principais Ameaças relativas ao Alto Tâmega destacam-se:

- Contexto económico geral de restrições orçamentais, avesso à realização de investimentos mais significativos, com consequências também ao nível da capacidade de consumo dos cidadãos. Acresce que esta perspetiva negativa é partilhada do lado Espanhol da fronteira;

- Esvaziamento de serviços públicos, seguindo o processo de redefinição e deslocalização que têm afetados estes serviços neste território;

- Atratividade de outras regiões e da Europa, reforçada pelo processo de globalização e pelo acesso generalizado a redes de comunicação internacionais, que obrigam esta região a concorrer com destinos mais mediáticos e com maior capacidade de difusão no mercado.

Principais Pontos Fortes

Principais Pontos Fracos

Como principais Pontos Fortes relativos ao Alto Tâmega destacam-se:

- Forte presença do setor primário, responsável por oferta alargada de produtos de qualidade reconhecida;
- Dinâmica da indústria extrativa, em particular da rocha ornamental;
- Oferta turística reconhecida, em particular na área do termalismo;
- Proximidade da região espanhola da Galiza, sendo já possível identificar um histórico de iniciativas de colaboração;
- Qualidade das acessibilidades rodoviárias recentes;
- Diversidade e valor do património natural e cultural;
- Capacidade de geração de energia de fontes renováveis;
- Rede de apoio social providenciada pelos municípios e IPSS;
- Existência de um histórico de trabalho conjunto, consolidado através de instituições como a AMAT ou a ADRAT;
- Existência de uma polaridade urbana reconhecida, com Chaves como elemento estruturante.

Como principais Pontos Fracos relativos ao Alto Tâmega destacam-se:

- Diminuição e envelhecimento da população residente, demonstrando dificuldade na fixação de população, com impacto no decréscimo e envelhecimento populacional;

- Baixos níveis de formação e qualificação, inferiores às médias do País e da Região Norte, refletindo a incapacidade da região em fixar recursos humanos qualificados;

- Distanciamento dos principais centros de decisão política, quer ao nível nacional quer regional é tido como um estrangulamento de base ao desenvolvimento;

- Baixos índices de atividade e de competitividade empresarial, onde são predominantes as empresas de reduzida intensidade tecnológica;

- Carências ao nível da oferta de ensino superior e de IDi, contribuindo para incapacidade de fixação de população qualificada e o apoio empresarial especializado.

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

ÁGUA. O recurso Água surge como transversal à maioria das temáticas exploradas no âmbito do diagnóstico. Salienta-se designadamente a sua relação com a produção agrícola, com a geração de energia, com a atividade turístico-termal e com a própria imagem externa do território. Importará, por isso, reforçar a transversalidade deste recurso como um dos principais agregadores do território do Alto-Tâmega.
POPULAÇÃO. Nas últimas décadas, o Alto Tâmega tem sofrido um processo de decréscimo e envelhecimento populacional assinalável. Mostra-se fundamental estancar e inverter esta dinâmica, adotando medidas que contribuam para a atração e fixação de população, nomeadamente de população mais jovem e qualificada.
AGRICULTURA, PECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA. O setor primário apresenta um peso considerável no Alto Tâmega, refletido em indicadores como a população empregada ou o VAB gerado. Apresentando um conjunto alargado de produtos de qualidade certificada, denota-se ainda uma forte presença da produção de subsistência, com pouco valor acrescentado. Importará por isso aproveitar os produtos e recursos existentes, apoiando de forma integrada o aumento da competitividade do setor agrícola, e aspetos como a sua organização, a capacidade transformadora e a operacionalidade logística.
TURISMO. O Turismo é uma atividade que apresenta uma forte relação com o território e com as populações locais. Com uma riqueza notável de património natural e cultural e com uma longa tradição ligada ao termalismo, o Alto Tâmega tem vindo a atrair nos últimos anos investimentos assinaláveis ao nível da oferta hoteleira. Acompanhando as tendências atuais na área do turismo, nomeadamente do turismo de bem-estar, de natureza e cultural, o Alto Tâmega deverá criar condições para apresentar e promover uma oferta integrada que lhe permita maximizar o aproveitamento socioeconómico das mais-valias decorrentes desta atividade.
INOVAÇÃO E CONHECIMENTO. De forma genérica, o tecido empresarial do Alto Tâmega é genericamente caraterizado por uma reduzida intensidade tecnológica, com consequências ao nível da sua competitividade externa. Assim sendo, importa identificar formas que permitam a captação e desenvolvimento de competências adaptadas às necessidades locais, assim como facilitar a promoção da inovação em áreas relevantes para o desenvolvimento do Alto Tâmega, num contexto seletividade e de especialização inteligente.
REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS. No Alto Tâmega, os municípios, em complementaridade com as IPSS, apresentam um conjunto notável de serviços orientados para o apoio a diferentes segmentos da população. Importará aproveitar o novo enquadramento intermunicipal potenciado pela criação da CIM AT no sentido de aprofundar e otimizar a prestação destes serviços numa lógica de rede.
RELAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS. O Alto Tâmega é um território de fronteira, com um histórico relevante de cooperação transfronteiriça. Num contexto europeu de fomento da cooperação e da internacionalização, estas relações deverão ser aprofundadas, nomeadamente em áreas que contribuam para a materialização da estratégia preconizada.
SISTEMA URBANO. Chaves é reconhecido como polo regional de dimensão superior, com uma oferta diversificada de equipamentos e serviços. Com base nesta realidade, importa consolidar um sistema urbano coeso que, assumindo essa polaridade, garanta a articulação em rede dos diferentes municípios, tendo em vista o desenvolvimento do território de uma forma integrada.

Estratégia
Objetivos e vocação específica do ITI

O ITI do Alto Tâmega tem como ambição contribuir para a implementação da EIDT definida para este território, que estabelece como visão "Até 2020, o Alto Tâmega será um território integrado, que conseguirá inverter as tendências demográficas atuais, através da promoção da coesão social e da dinamização da economia local, tendo por base o aproveitamento da localização de fronteira e a valorização dos recursos endógenos, especialmente a água".

Para tal, é também assumida como "Missão" que "Os atores regionais do Alto Tâmega irão mobilizar-se de forma articulada e em rede na dinamização de iniciativas que permitam a materialização da Visão proposta, tendo em atenção a eficácia dos resultados e a racionalização do uso dos recursos".
Avançando no nível de concretização, a EIDT organiza-se em 5 Eixos Estratégicos (EE), cada um subdividido em diferentes Objetivos Estratégicos (OE):

EE1. Dinamizar a base económica local num contexto de especialização inteligente
- OE1 Valorização dos produtos e recursos endógenos com base no conhecimento, na investigação e na inovação
- OE2. Contribuir para a organização de setores específicos numa lógica de criação de fileiras e de reforço

das relações de cluster
- OE3. Promover o empreendedorismo tendo em vista a maximização do aproveitamento dos recursos locais

EE2. Fomentar a utilização eficiente e sustentável dos recursos
- OE4. Proteger, promover e rentabilizar o património natural e cultural como elemento distintivo
- OE5. Investir na cadeia de valor da energia enquanto vantagem competitiva do território
- OE6. Reforçar a proteção e o uso eficiente da água ao longo da sua cadeia de valor

EE3. Promover a coesão e inclusão sociais através da valorização e fortalecimento da resiliência da população local
- OE7. Apoiar a qualificação dos recursos humanos, fomentando o ajustamento das ofertas formativas às características territoriais e demográficas
- OE8. Fortalecer os serviços sociais de proximidade às comunidades locais, facilitando o seu acesso e o seu funcionamento em rede
- OE9. Promover abordagens inovadoras na geração de emprego, nomeadamente emprego qualificado

EE4. Reforçar a integração, a identidade regional e a cidadania
- OE10. Estimular a articulação de competências e a gestão partilhada de serviços públicos
- OE11. Promover a capacidade e eficiência da administração pública
- OE12. Fomentar a cooperação territorial estratégica e competitiva

EE5. Consolidar a coesão territorial e o sistema urbano
- OE13. Estruturar o sistema urbano, contribuindo para a consolidação de um polo estruturante regional
- OE14. Promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território
- OE15. Melhorar a mobilidade regional e garantir a acessibilidade e a conectividade

Tendo sempre a EIDT como referência, o desenvolvimento do presente Pacto assume como vocação a dinamização da respetiva Missão, tendo por isso subjacente a promoção da eficácia, a eficiência e a racionalidade na gestão e aplicação dos recursos numa lógica intermunicipal, e a mobilização, integração e trabalho em rede entre os diferentes atores regionais, com um particular enfoque na administração pública local.

Será de destacar a prioridade atribuída à reorganização, modernização e qualificação da oferta de serviços públicos e coletivos, em particular aqueles prestados pelas entidades municipais e intermunicipais, nas áreas da inclusão, do emprego e empreendedorismo, ou da educação e formação.

Cobrindo as diferentes vertentes que lhe são abertas, designadamente ao nível dos Objetivos Temáticos, Prioridades de Investimento e Tipologias de Operação considerados nos documentos enquadradores, o presente Pacto traduz as orientações delineadas na EIDT no que concerne à modernização da administração local, à eficiência energética, à prevenção de riscos, à proteção ambiental e uso eficiente dos recursos, ao emprego e empreendedorismo, à inclusão social, à educação e formação e ao desenvolvimento rural.

Deste modo, a definição dos Objetivos do presente Pacto implicou a realização de um exercício de reflexão e de seleção que teve como base os Eixos e Objetivos considerados na EIDT. Paralelamente, tendo em atenção a facilidade de leitura e o cruzamento com os documentos orientadores, foi realizada uma revisão da nomenclatura, assim como uma reorganização da numeração e ordem de apresentação.
Apresentam-se em seguida os Objetivos do ITI, relacionando-os com os Objetivos Temáticos dos documentos enquadradores e com os Eixos e Objetivos Estratégicos da EIDT.

ITI1. MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL: Enquadrado pelo OT2 "Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade", em particular no que se relaciona com a modernização da administração local e com a administração em linha, este Objetivo relaciona-se com o EE4 da EIDT, no que concerne aos OE10 e 11, que se focam em estimular a articulação de competências e a gestão partilhada de serviços públicos e em promover a capacidade e a eficiência da administração pública;

ITI2. PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NAS INFRAESTRUTURAS PÚBLICAS: Enquadrado pelo OT4 "Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores", em particular na utilização da eficiência energética e das energias renováveis nas infraestruturas públicas, este Objetivo considera o EE2 da EIDT, focando em particular o OE5, que considera os investimentos na cadeia de valor

da energia enquanto vantagem competitiva do território do Alto Tâmega;

ITI3. PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS: Enquadrado pelo OT5 "Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos", em particular com concerne à prevenção de riscos relacionadas com os planos de emergência e proteção civil, este Objetivo relaciona-se com o EE2 da EIDT, no que concerne ao OE4, focados em proteger, promover e rentabilizar o património natural;

ITI4. PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA O USO EFICIENTE DOS RECURSOS: Focado no OT6 "Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos", este Objetivo relaciona-se também com o EE2 da EIDT, evidenciando o referido OE4, mas também o OE6, que se relaciona em particular com uso eficiente do recurso água ao longo da sua cadeia de valor;

ITI5. FOMENTO DO EMPREENDEDORISMO E DA CRIAÇÃO DE EMPREGO: Enquadrado pelo OT8 "Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego…", este Objetivo evidencia o EE1 da EIDT, em particular o OE3, relacionado com a promoção do empreendedorismo, tendo em vista o aproveitamento dos recursos locais;

ITI6. PROMOÇÃO DA COESÃO E INCLUSÃO SOCIAL: Este Objetivo encontra-se diretamente relacionado com o OT9 "Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação", dando destaque ao EE3 Da EIDT, em particular no que concerne aos OE8 e OE9, relacionados com o fortalecimento dos serviços sociais de proximidade e com a promoção de abordagens inovadoras na geração de emprego;

ITI7. PROMOÇÃO DOS NÍVEIS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DA POPULAÇÃO: Enquadrado pelo OT10 "Investir na educação, na formação e na formação profissional…", este Objetivo foca também o EE3 da EIDT, dando destaque ao OE7, que se relaciona com a qualificação dos recursos humanos, com o ajustamento das ofertas formativas às caraterísticas do território, e com o combate ao abandono escolar;

ITI8. FOMENTO DA COMPETITIVIDADE DO SETOR AGROFLORESTAL: Alinhado com a Medida4 (FEADER), investimentos em infraestruturas coletivas, este Objetivo encontra-se alinhado com o EE1 da EIDT, em particular com o OE1, no que concerne à dinamização da base económica local num contexto de especialização, tendo em vista a valorização dos produtos e recursos endógenos, em particular os do setor agroflorestal, que no Alto Tâmega assumem uma expressão significativa.

Merece referência que, para além do diagnóstico anteriormente apresentado neste formulário, a fundamentação e justificação dos diferentes Eixos Estratégicos e Objetivos Temáticos mencionados no texto anterior, encontra-se detalhada no documento da EIDT previamente submetido.

Com a nova dimensão administrativa existente no Alto Tâmega, e com os novos mecanismos de integração e de articulação disponíveis, a CIM AT pretende tirar partido de todos os instrumentos que estão ao seu alcance para aumentar a eficácia e a eficiência na gestão de toda esta sub-região, favorecendo o aproveitamento de oportunidades e proporcionando a criação e implementação de novas dinâmicas.

Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto

Todo o processo de construção estratégica que encaminhou para o Pacto aqui proposto foi amplamente participado, envolvendo um conjunto de atores relevantes, a nível local, regional, nacional e internacional. Desde o seu início, a CIM AT entendeu que, mais do que documento final com o Pacto, o processo de mobilização e de descoberta coletiva e a capacidade de gerar consensos e quadros estratégicos comuns seriam fundamentais para o futuro do Alto Tâmega. No âmbito da implementação do Pacto, pretende-se dar continuidade a esse processo participativo, entendendo-o como um caminho dinâmico de interação entre diferentes atores regionais.
Conforme tem ocorrido até ao momento, este trabalho participativo será mobilizado pela CIM AT em articulação próxima com a ADRAT, responsáveis pela definição de uma agenda de reuniões individuais e de grupo, envolvendo momentos formais e informais de discussão. Atendendo às diferentes iniciativas propostas, os municípios do Alto Tâmega, a nível individual, assim como a associação empresarial ACISAT, os agrupamentos escolares e as IPSS da sub-região foram e serão atores fundamentais nesse processo. A rede de parceiros constituída mostra-se sólida e dinâmica, sendo que a forma de participação formal e os mecanismos previstos para tal encontram-se devidamente descritos num ponto autónomo deste documento, relativo ao modelo de governação.
A agenda de participação mais aberta e mobilizadora tem ocorrido, e irá prosseguir, através da continuidade regular do ciclo de conferências "Conversas IN (Interessantes, Inteligentes, Indispensáveis, Informais, Integradas, Interativas)" As conferências realizadas são já uma marca reconhecida, abordando temáticas relevantes para o desenvolvimento regional e envolvendo dezenas de atores, quer do Alto Tâmega, quer externos à região, que cobrem as diferentes componentes da hélice quádrupla (empresas, entidades de educação e ciência, entidades públicas e sociedade).
Atendendo à diversidade de Objetivos Temáticos e Prioridades de Investimento consolidados, assim como à diversidade de territórios alvo do Pacto, estas conferências irão especializar as suas temáticas, relacionando-as diretamente com aquelas consideradas no âmbito deste Pacto Por exemplo: Combate ao abandono escolar, Inclusão social, Promoção do empreendedorismo, Administração pública em linha, entre outras.
O processo de organização destas conferências, assim como a análise dos seus resultados, permitirão a consolidação de grupos de trabalho temáticos, alinhados com as temáticas selecionadas para o Pacto, que serão envolvidos no processo ao longo da implementação do Pacto, em aspetos que se relacionem com a temática em questão.
É de salientar que o modelo de participação aqui considerado, incluirá uma forte componente de comunicação, pretendendo-se dar visibilidade e envolver os potenciais interessados. Esta comunicação terá por base uma estratégia própria, promovida também pela CIM AT e pela ADRAT, tendo em vista a utilização dos seus meios, com relevo para a utilização das redes sociais, e a maximização da exposição nos meios de comunicação, em particular naqueles de cariz local e regional.
Por fim, refira-se que se pretende também dar continuidade à experiência de, ao longo do processo, serem delineadas orientações e promovidos diferentes compromissos (do tipo "carta de compromissos" que formalizam o envolvimento de diferentes atores, marquem o trabalho realizado e estabeleçam as bases do caminho a percorrer.

Modelo de estruturação do sistema urbano e de articulação com os planos territoriais de âmbito municipal e intermunicipal, e metodologia do plano de mobilidade sustentável (recomendações da decisão de reconhecimento da EIDT)

As estratégias nacionais e europeias sublinham a importância das respetivas dimensões territoriais e do seu papel aglutinador das políticas setoriais. Os territórios são assim encarados como recursos essenciais para o desenvolvimento e para o crescimento económico.
O território do Alto Tâmega posiciona-se como um espaço de "dupla charneira" que articula, por um lado, o litoral com o interior transmontano e, por outro lado, assume a sua posição de fronteira, na ligação do Norte de Portugal à Galiza. Num contexto regional mais amplo, verifica-se o seu posicionamento no eixo Chaves - Vila Real - Régua - Lamego - Viseu, identificado como estruturante para a consolidação de uma malha urbana coesa no nordeste português (PROT Norte).

Em linha com as prioridades nacionais e regionais (PNPOT e PROT Norte) e no sentido de consolidar este território e tirar partido do posicionamento referido, a estratégia preconizada para o Alto Tâmega considera fundamental consolidar Chaves como Cidade Regional, reforçando as suas funções, de forma a destacar-se numa escala regional mais ampla, posicionando-se no âmbito da Região Norte como um dos núcleos de uma rede urbana policêntrica. Esta polaridade faz-já sentir hoje em dia, sobretudo em relação a Boticas e Montalegre e, numa menor dimensão, em relação a Valpaços, Vila Pouca de Aguiar e Ribeira de Pena. Complementarmente, deverá ser consolidada uma rede urbana assente nas sedes dos concelhos de Boticas,

Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar, encarados como elementos de densificação do sistema urbano e interface privilegiados entre o espaço urbano e o território rural. Neste território verifica-se um processo de urbanização mais ténue, focado essencialmente nas sedes dos concelhos, fruto normalmente do despovoamento continuado das zonas rurais. Este processo tem sido insuficiente para conferir a estes polos a indispensável massa crítica e não é acompanhado pela necessária articulação e integração do sistema urbano.

Por fim, assumido o território como o principal fator de diferenciação e de afirmação regional e atendendo à prioridade atribuída a setores com uma forte relação com o território, como o turismo, a agricultura, ou a energia, importará ter em consideração de forma transversal a melhoria da qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território, de uma forma integrada, sendo de destacar neste caso a importância da qualificação dos núcleos rurais.
Ao nível da mobilidade, verificam-se melhorias assinaláveis nas acessibilidades externas da região. O exemplo dessas ligações são as três principais autoestradas que conectam o Alto Tâmega não só com o restante território nacional, mas também com a Galiza (A7, A24 e, em Espanha, a A52).

Verifica-se no entanto que apesar das melhorias das ligações da região no sistema nacional, persistem ainda dificuldades nas ligações internas que importará debelar. O Plano de Mobilidade Sustentável do Alto Tâmega, irá focar de forma integrada o sistema de mobilidade sub-regional, promovendo soluções de mobilidade inovadoras e sustentáveis, que permitam enfrentar os seguintes desafios:

- O desenvolvimento económico do país tornou a posse do carro acessível a uma maioria das famílias, com Portugal a registar taxas de motorização elevadas e em aproximação ao teto da média europeia. Se é verdade que a crise económica recente limitou o rendimento disponível das famílias para viajar, também é verdade que, também no Alto Tâmega, a maioria das famílias tem acesso a meios para assegurar necessidades mínimas de acessibilidade;

- Esta realidade coloca pressão sobre a sustentabilidade do sistema de transporte público do Alto Tâmega, já de si bastante debilitado, e que tem vindo a ver o grosso da sua procura a ficar limitado ao transporte escolar, em particular na realidade interurbana, o que significa que as franjas mais vulneráveis da população (idosos ou de escassos recursos económicos) vêm-se muitas vezes em situações de completa ausência de soluções de transporte, a um preço suportável, criando situações de exclusão social significativas em particular nas zonas rurais;

- Neste último caso, o fenómeno real da desertificação do Alto Tâmega agrava, ainda mais, as situações de exclusão referidas, em particular no que se refere aos idosos;

- A par do referido, regista-se no Alto Tâmega uma reorganização e especialização dos serviços públicos ao nível do ensino, da saúde e de outros serviços de atendimento ao público. Na prática, este fenómeno tem tornado estas redes mais finas, aumentando a distância das populações a estes serviços, o que coloca mais pressão nas questões de acessibilidade;

- No plano legislativo, têm sido criados instrumentos para mitigar este fenómeno, merecendo destaque o novo regime jurídico de contratualização de serviços de transporte público, aprovado na Assembleia da República e à data deste documento no circuito legislativo para promulgação, e ainda a iniciativa Portugal Porta-a-Porta. Em conjunto, estas iniciativas criam o conceito de redes de serviços mínimos, clarificam o papel das CIM enquanto autoridade de transportes (e entidades organizadoras), e consubstanciam os apoios de Estado ao desenvolvimento de redes de transporte flexível.

Ainda neste domínio, é ainda necessário ter presente, do ponto de vista do tecido económico, o alinhamento de estratégias para o desenvolvimento das PME e das empresas em geral, modernizando-as e preparando-as para ser mais produtivas e competitivas, em particular nos mercados de exportação. Também aqui é evidente a importância da existência de uma estratégia de ordenamento do território, e de informação e capacitação do tecido económico local, para fazer uso das melhores práticas de organização das cadeias logísticas, potenciando a produtividade e competitividade da região, aspetos em que a CIM poderá assumir um papel chave na catalisação da mudança.

É à luz desta realidade que serão desenhados os instrumentos de gestão da mobilidade regional, em particular o Plano de Mobilidade e Transportes Intermunicipal. Sem se confundir com planos de natureza

municipal, críticos para a dimensão municipal, o plano intermunicipal deverá seguir as orientações do Guia para a Elaboração de Planos de Mobilidade e Transportes, que traduz as melhores práticas consensualizadas entre os stakeholders de referência nacionais.
Será assim uma condição fundamental que este Plano envolva uma forte coordenação e envolvimento político, ter objetivos claros, envolver os atores regionais relevantes, estar articulado com a estratégia de desenvolvimento do território, ser participado, monitorizado, com as fontes de financiamento, a calendarização e a responsabilização inerentes às suas ações claramente identificadas.

Valor económico e social da intervenção estratégica (para atingir os objetivos inerentes ao crescimento sustentável e inclusivo)

Do ponto de vista económico, o principal valor acrescentado do ITI do Alto Tâmega (ITI-AT) é a concretização de um território mais eficiente em diferentes âmbitos - energia, administração pública e empregabilidade. A intervenção estratégica do ITI-AT permitirá reduzir custos de contexto e maximizar o impacto do seu potencial endógeno, traduzindo-o em mais e melhores oportunidades para os seus cidadãos.
A energia é um fator de diferenciação territorial do AT - na vertente do consumo (mais baixo, em média, que no Norte) e da produção (20% da potência instalada na região Norte). O ITI-AT permitirá reforçar este posicionamento, melhorando os níveis de eficiência energética em infra-estruturas da administração autárquica. O potencial energético do AT precisa ser traduzido em poupança energética financeira para as autarquias do território. É isto que este ITI pretende lograr neste âmbito.
A eficiência da administração pública liga-se à modernização administrativa, incluindo desmaterialização e eficiência de processos, integração de redes de suporte, e descentralização do atendimento, entre outras medidas. Esta eficiência na administração pública proporcionada pelo ITI-AT significará melhor atendimento ao cidadão e às suas necessidades ± menos tempo de resposta, maior proximidade e menor burocracia.
O terceiro âmbito é o da empregabilidade. O AT alcançará níveis de empregabilidade maiores e mais sustentáveis ao apostar, por um lado, em melhores condições infraestruturais para a agricultura (com peso considerável na composição do PIB intermunicipal - 12,5%); e, por outro, em apoios diretos a empreendedores e à criação de empresas. Mais empresas, com mais colaboradores e com menor taxa de mortalidade são alguns dos impactos que o ITI-AT pretende lograr neste âmbito.
Do ponto de vista social, o principal valor acrescentado do ITI-AT é a integração e reforço da rede de serviços de apoio em diferentes âmbitos ± inclusão social, educação e riscos naturais. O ITI-AT pretende criar condições para antecipar e gerir riscos de várias naturezas e controlar e mitigar efeitos decorrentes desses riscos, contribuindo para uma melhor qualidade de vida no AT.
No âmbito da inclusão social, o ITI-AT irá contribuir para um atendimento mais eficaz e próximo a determinados grupos ± idosos em particular (30% da população do AT), mas também de doentes crónicos e portadores de deficiência. Ampliar a cobertura territorial da resposta social a estes grupos e expandir o percentual de população abrangida por esta resposta, proporcionando uma redução no percentual de população em situação de pobreza ou em risco de exclusão social é o que o ITI-AT pretende lograr neste âmbito.
No âmbito da educação, o ITI-AT focar-se-á na antecipação das causas e controlo dos efeitos da exclusão educativa, através da promoção do sucesso educativo e da modernização de infraestruturas educativas, entre outras medidas. O ITI-AT pretende diminuir a taxa de abandono escolar precoce no AT e melhorar os índices de escolaridade da população (onde mais de 60% têm apenas o ensino básico).
No âmbito dos riscos naturais, o ITI-AT centra suas medidas no investimento em equipamentos e infraestruturas de emergência e proteção civil. Estes investimentos permitirão melhorar a capacidade de resposta dos agentes de proteção civil, diminuir o tempo de intervenção desses mesmos agentes e, consequentemente, lograr uma diminuição no número de incêndios e no percentual de área ardida dentro do AT.

Caracterização do Projeto

Programa de Ação

Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

Conforme foi referido anteriormente, a estruturação da estratégia apresentada no presente pacto teve por base um exercício de reflexão e de seleção que, assumindo a EIDT como elemento orientador, explorou as oportunidades abertas no que concerne aos Objetivos Temáticos, Prioridades de Investimento e Tipologias de Operação considerados nos documentos enquadradores. Deste modo, e procurando-se uma leitura objetiva, o Programa de Ação assenta nos seguintes Eixos: ITI1. MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL: Enquadrado pelo OT2 "Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade" em particular no que se relaciona com a PI2.3 "O reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a infoinclusão, a cultura em linha e a saúde em linha". As medidas preconizadas no ITI assentam em particular nas seguintes tipologias: disponibilização de serviços públicos online, articulação institucional em rede, modelos descentralizados de atendimento, melhoria da eficiência de processos e ações de demonstração e experimentação. ITI2. PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NAS INFRAESTRUTURAS PÚBLICAS: Enquadrado pelo OT4 "Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores" em particular com PI 4.3 "A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação" As medidas preconizadas no ITI correspondem à intervenção na infraestrutura de iluminação pública, na eficiência energética dos edifícios e na elaboração dos estudos, planos e auditorias energéticas necessárias. ITI3. PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS: Enquadrado pelo OT5 "Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos" em particular com o que concerne à PI 5.2 "A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)" As medidas preconizadas no ITI relacionam-se com a revisão dos planos de emergência, a criação de um sistema integrado de gestão de riscos e com a aquisição de equipamentos relacionados com as medidas anteriores. ITI4. PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA O USO EFICIENTE DOS RECURSOS: Focado no OT6 "Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos" com a PI 6.1 "Investimentos no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos" Este Eixo do ITI apenas contempla uma medida relativa à educação e sensibilização ambiental na área dos resíduos. ITI5. FOMENTO DO EMPREENDEDORISMO E DA CRIAÇÃO DE EMPREGO: Enquadrado pelo OT8 "Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego..." e as PI 8.3 e PI 8.8 "Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras" e "A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas" Este eixo contempla diferentes tipologias de medidas, relacionadas sobretudo com a concretização de apoios no âmbito do Plano de Empreendedorismo do Alto Tâmega previamente preparado pela ADRAT e com as solicitações nesta área realizadas pelo IEFP. ITI6. PROMOÇÃO DA COESÃO E INCLUSÃO SOCIAL: Este Eixo encontra-se diretamente relacionado com o OT9 "Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação" em particular as PI 9.1, 9.4 e PI 9.7 "Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade" "Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral" e "Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária" Este Eixo contempla um leque alargado de medidas na área da inclusão ativa, contando com a participação de municípios e IPSS da sub-região. ITI7. PROMOÇÃO DOS NÍVEIS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DA POPULAÇÃO: Enquadrado pelo OT10 "Investir na educação, na formação e na formação profissional..." em particular as PI10.1 e 10.5 "Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação" e "Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas" Para além das medidas infraestruturais, tendo as escolas como principais intervenientes, este Eixo aborda essencialmente medidas inovadoras de combate ao insucesso escolar, de prevenção e redução do abandono escolar, de reforço da ação social escolar e de apoio a alunos com necessidades educativas especiais. ITI8. FOMENTO DA COMPETITIVIDADE DO SETOR AGROFLORESTAL: Alinhado com a Medida 4 (FEADER), Investimentos em ativos físicos, em particular a Ação 3.4. "Infraestruturas Coletivas" As medidas preconizadas relacionam-se com a solicitação da DRA relativa à requalificação de aproveitamentos hidroagrícolas e com a intervenção nos regadios tradicionais.

Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
02.03 - O reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a infoinclusão, a cultura em linha e a saúde em linha.	FEDER	Medidas no âmbito do eixo ITI1. MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL	Serviços da Administração Pública apoiados	1,00	3,00	Câmaras Municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na internet no total de câmaras	50,00	83,00	2 342 214,81€
02.03 - O reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a infoinclusão, a cultura em linha e a saúde em linha.	FEDER	Medidas no âmbito do eixo ITI1. MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses no total de indivíduos	19,70	45,00	0,00€
04.03 - A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação;	FEDER	Medidas no âmbito do eixo ITI2. PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NAS INFRAESTRUTURAS PÚBLICAS	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	3343936,00	13375745,00	Consumo de energia primária na administração regional e local	234065,00	228865,00	6 932 550,76€

08.03 - Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;	FSE	Medidas no âmbito do eixo ITI5. FOMENTO DO EMPREENDEDORISMO E DA CRIAÇÃO DE EMPREGO (PI 8.3)	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	574,00	957,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	60,00	70,00	7 179 291,23€
08.08 - A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;	FEDER	Medidas no âmbito do eixo ITI5. FOMENTO DO EMPREENDEDORISMO E DA CRIAÇÃO DE EMPREGO (PI 8.8)	Empresas que beneficiam de apoio	18,00	88,00	Postos de trabalho criados	25,00	123,00	2 199 425,54€
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	Medidas no âmbito do eixo ITI6. PROMOÇÃO DA COESÃO E INCLUSÃO SOCIAL (PI 9.1)	Participantes em ações de trabalho socialmente necessário	1903,00	3172,00	Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário	37,00	42,00	7 931 049,61€

09.07 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;	FEDER	Medidas no âmbito do eixo ITI6. PROMOÇÃO DA COESÃO E INCLUSÃO SOCIAL (PI 9.7)	Equipamentos sociais e de saúde apoiados	3,00	11,00	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	2 686 099,89€
10.01 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação;	FSE	Medidas no âmbito do eixo ITI7. PROMOÇÃO DOS NÍVEIS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DA POPULAÇÃO (PI 10.1)	Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar	1,00	1,00	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	4 334 443,49€

10.05 - Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas;	FEDER	Medidas no âmbito do eixo ITI7. PROMOÇÃO DOS NÍVEIS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DA POPULAÇÃO (PI10.5)	Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas	236,00	944,00	Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos)	82,25	82,53	5 100 000,00€
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	Medidas no âmbito do eixo ITI6. PROMOÇÃO DA COESÃO E INCLUSÃO SOCIAL (PI 9.1)	Entidades acreditadas na Bolsa de Voluntariado	138,00	369,00	Entidades que aderem a iniciativas de voluntariado face às acreditadas na bolsa de voluntariado	70,00	90,00	219 390,21€

Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
		Medida	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
09.04 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral;	FSE	Medidas no âmbito do eixo ITI6. PROMOÇÃO DA COESÃO E INCLUSÃO SOCIAL (PI 9.4)	Projetos apoiados de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis	3,00	8,00				1 210 522,00€

09.04 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral;	FSE	Medidas no âmbito do eixo ITI6. PROMOÇÃO DA COESÃO E INCLUSÃO SOCIAL (PI 9.4)				Projetos concluídos de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis	0,70	0,90	0,00€
09.07 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;	FEDER	Medidas no âmbito do eixo ITI6. PROMOÇÃO DA COESÃO E INCLUSÃO SOCIAL (PI 9.7)				Acréscimo de utentes nos equipamentos sociais apoiados	3,00	10,00	0,00€

10.01 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação;	FSE	Medidas no âmbito do eixo ITI7. PROMOÇÃO DOS NÍVEIS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DA POPULAÇÃO (PI 10.1)				Alunos envolvidos nas atividades de combate ao insucesso escolar	1340,00	2250,00	0,00€
03.M04 - Valorização dos recursos florestais	FEADER	Medidas no âmbito do eixo ITI8. FOMENTO DA COMPETITIVIDADE DO SETOR AGROFLORESTAL	Segurança de barragens - n.º de projetos	4,00	4,00				1 262 250,00€
03.M04 - Valorização dos recursos florestais	FEADER	Medidas no âmbito do eixo ITI8. FOMENTO DA COMPETITIVIDADE DO SETOR AGROFLORESTAL	Segurança de barragens - despesa pública contratada	1485000,00	1485000,00				0,00€
03.M04 - Valorização dos recursos florestais	FEADER	Medidas no âmbito do eixo ITI8. FOMENTO DA COMPETITIVIDADE DO SETOR AGROFLORESTAL	Regadios tradicionais - área a beneficiar	1480,00	1850,00				3 451 425,00€

03.M04 - Valorização dos recursos florestais	FEADER	Medidas no âmbito do eixo ITI8. FOMENTO DA COMPETITIVIDADE DO SETOR AGROFLORESTAL	Regadios tradicionais - despesa pública contratada	3248400,00	4060500,00				0,00€
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	Medidas no âmbito do eixo ITI3. PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS	Superfície de espaço florestal beneficiada com a rede de defesa da floresta contra incêndios	147,00	490,00				500 000,00€
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	Medidas no âmbito do eixo ITI3. PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS				Taxa de cobertura do risco espacial de incêndio com rede de defesa da floresta	3,00	10,00	0,00€
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	Medidas no âmbito do eixo ITI3. PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS	Estudos, Cartografia e outros documentos de informação e conhecimento produzidos	6,00	6,00				21 800,00€

05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	Medidas no âmbito do eixo ITI3. PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS	Instrumentos de planeamento de emergência e proteção civil elaborados.	6,00	6,00				78 200,00€
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	Medidas no âmbito do eixo ITI3. PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS				Superfície do território com conhecimento melhorado em identificação e/ou atuação de riscos específicos	9000,00	30000,00	0,00€

Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FEDER	19 260 291,00€
FSE	20 874 696,54€
FEADER	4 713 675,00€
FC	600 000,00€
Total	**45 448 662,54€**

Realização

Síntese das principais realizações, incluindo mecanismos de recolha de dados para cálculo dos indicadores

As principais realizações a alcançar com a implementação desta ITI, em linha com a EIDT, referem-se à inversão das tendências de desertificação e envelhecimento demográfico do AT, através da criação de condições socioeconómicas estruturais para que se verifique um efetivo processo de fixação populacional. Criar oportunidades de emprego, rentabilizar recursos endógenos e maximizar a sua eficiência são elementos fundamentais para desenvolver a atratividade do território do AT e um dos pilares para fomentar a desejada fixação demográfica. A população jovem do AT são o principal grupo-alvo neste contexto. Busca-se aqui, uma atitude pro-ativa de pomoção do AT como um território dinâmico, uma região com potencialidades a explorar e uma terra com capacidade de se diferenciar. Os objetivos ITI1, ITI2, ITI5 e ITI8 e respetivas medidas procuram materializar este anseio. Alguns indicadores que poderão ser utilizados para mensurar o progresso na realização deste pilar incluem: % da população entre 0 e 24 anos residente no AT; taxa de natalidade no AT; nº de empregos criados/população total do AT.
Outros dos pilares fundamentais é o fortalecimento da resiliência da população local. Sendo o AT particularmente vulnerável aos efeitos negativos da atual dinâmica socioeconómica (imigração, desemprego, envelhecimento, etc.), o ITI oferece uma resposta à escala intermunicipal a estes desafios, promovendo uma melhoria generalizada nos padrões de qualidade de vida, assente no aperfeiçoamento e ampliação da oferta de serviços e equipamentos sociais e em medidas ativas de inclusão social de grupos específicos. Aqui a população idosa constitui o público-alvo preferencial. A abordagem propugnada baseia-se numa lógica preventiva e corretiva - antecipação e prevenção de riscos e, na sua impossibilidade, controlo e mitigação dos seus efeitos - materializada nos objetivos ITI3, ITI4, ITI6 e ITI7. Alguns indicadores que poderão ser utilizados para mensurar o progresso na realização deste pilar incluem: % da população idosa servida pelos equipamentos e infraestruturas apoiados; nº de equipamentos/população total do AT; % de população do AT em pobreza ou em risco de exclusão social.
Atendendo à importância dos mecanismos de monitorização e avaliação na EIDT, o AT propôs-se a implementar um Observatório, responsável por recolher e sistematizar a informação relacionada com os diferentes indicadores que permitirão monitorizar os resultados e impactos da implementação da estratégia. A CIM AT irá coordenar a implementação desta estrutura. O Observatório deverá envolver instituições de ensino, organismos da administração pública sub-regional, regional e nacional, onde se encontram a CCDRN, Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, Direção Regional de Agricultura do Norte, Instituto Nacionais de Estatística, municípios, entre outros.
Tendo em atenção os indicadores de resultado e de realização propostos e as metas a atingir com o ITI, bem como os demais indicadores mencionados nesta seção, sugere-se desde já que o Observatório possa assegurar a implementação dos seguintes mecanismos de acompanhamento, monitorização e autoavaliação:

- Reuniões de acompanhamento de projetos, com a presença do Grupo de Ação Regional ou dos Promotores/Gestores do Projetos;
- Reuniões de acompanhamento e monitorização da estratégia;
- Elaboração de relatórios semestrais de acompanhamento e execução da estratégia, com a sua evolução e a verificação da implementação.

Caracterização do Pacto

Modelo de Governação

Modelo de gestão e organização que assegurem a prossecução do Pacto com eficácia e eficiência, incluindo descrição da equipa técnica

O modelo de gestão definido está alinhado como o modelo previsto na EIDT assumindo a liderança do processo pela CIM AT, construindo a sua estrutura sobre os respetivos órgãos e competências, prevendo a inclusão de órgãos específicos para o fomento da mobilização e participação dos principais atores regionais do Alto Tâmega e envolvente. É assim proposto um órgão de direção (Conselho de Direção), por um órgão de gestão operacional (Secretariado Executivo) e por um órgão de acompanhamento e controlo (Conselho Estratégico).

CONSELHO DE DIREÇÃO

Órgão responsável pela eficácia e boa execução do Pacto, bem como pelo cumprimento das obrigações contratualizadas com a Autoridade de Gestão do Norte 2020. Este Conselho, alinhado com o Conselho Intermunicipal do Alto Tâmega, é constituído pelo Presidente da CIM AT, que preside ao órgão, e pelos presidentes de câmara dos municípios que integram a CIM. Tem as seguintes atribuições:

- Coordenar a implementação do Pacto e garantir a articulação com a EIDT AT;
- Assegurar a articulação com as autoridades de gestão dos programas operacionais;
- Estabelecer orientações gerais de gestão técnica do Pacto, designadamente sob proposta do Secretariado Executivo;
- Apreciar os pareceres do Conselho Estratégico e os relatórios de monitorização;
- Apreciar e aprovar os relatórios anuais de monitorização e avaliação do Pacto, em conformidade com a EIDT AT e com os indicadores, programa de ação e investimentos definidos;
- Informar ou sugerir, às autoridades de gestão dos programas operacionais, aspetos relacionados com candidaturas de operações, validação de despesas e abertura de concursos;
- Designar, acompanhar e fiscalizar a atividade do Secretariado Executivo.

SECRETARIADO EXECUTIVO

Tem como missão manter uma estreita relação com os promotores dos projetos, bem como assegurar, do ponto de vista técnico, a coordenação entre os diversos signatários do Pacto.

O Secretariado Executivo é assumido pelo Secretariado Executivo Intermunicipal. A equipa técnica é constituída por dois elementos: o Secretário Executivo da CIM, que assumirá a coordenação técnica, e um gestor de projeto. Esta equipa conta com a colaboração ad hoc de outros técnicos da Comunidade Intermunicipal ou de entidades parceiras.

CONSELHO ESTRATÉGICO

Integrando representantes de entidades públicas e entidades privadas, de natureza associativa e empresarial, com relevância e intervenção no domínio dos interesses supramunicipais, este órgão tem um papel consultivo e é um facilitador privilegiado do envolvimento e da articulação com as entidades responsáveis pela implementação da EIDT e do Pacto.

É proposta a participação de diferentes tipologias de entidades, numa lógica de mobilização de "hélice quádrupla" onde se incluem as entidades da administração pública (sendo neste caso de destacar as Câmaras Municipais e da ADRAT), as instituições de ensino da região e da envolvente, as empresas e suas associações (incluindo a ACISAT e as maiores empresas a atuar na região, mas também as cooperativas de produtores), e as entidades da sociedade civil (designadamente o IEFP, IPSS sub-regionais e Associações).

O grau de adequação do modelo de governação e da equipa técnica será definido à luz do que vier a ser contratualizado (competências, dotações, tipologias de operações e metas dos indicadores) e das regras que vierem a ser definidas pelos sistemas de gestão e controlo da AG. Considerando a experiência do modelo de contratualização adotado no QREN e a atualização desse mesmo modelo no contexto da Lei 75/2013, poderá o mesmo servir como um exemplo de estrutura.

Assim, será criada uma estrutura de apoio técnico (EAT) coordenada por um Gestor de PTCD que, atentas as competências definidas na Lei 75/2013, pode coincidir com o primeiro secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal ou da Comissão Executiva Metropolitana (no caso de ser um único membro não se revela necessário a existência de delegação de competências). A este Gestor/Coordenador reporta a EAT, a qual será, atentas as competências a delegar, composta por Unidades Operacionais.

O Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, dada a sua natureza consultiva de apoio ao processo de decisão dos restantes órgãos das CIM/AMP, constitui-se como órgão consulta e aconselhamento estratégico do PTCD.

Mecanismos de acompanhamento e avaliação

A previsão de mecanismos de acompanhamento e monitorização da implementação do pacto, e dos projetos previstos no mesmo, constitui um elemento essencial de garantia do enfoque nos resultados, por parte de todos as partes envolvidas na implementação do mesmo. Nessa medida, o acompanhamento e a avaliação da execução do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial para o Alto Tâmega no período2014-2020 é responsabilidade de todos os órgãos que compõem a estrutura de governação. Para esse efeito, todos os órgãos que integram a estrutura de governação acompanharão o processo de implementação do Pacto, assegurando o conhecimento do processo de implementação em toda a sua plenitude.
O processo de monitorização estabelecido desenvolve-se do seguinte modo
- O Secretariado Executivo colige, analisa e elabora relatório de monitorização e avaliação do Pacto;
- O Conselho Estratégico aprecia e dá parecer sobre o relatório;
- O Conselho Diretivo toma conhecimento do parecer do Conselho Estratégico e aprecia o relatório. Assim, no plano do reporte formal, compete ao Secretariado Executivo, com periodicidade anual, reunir e analisar a informação relativa ao estado da implementação do Pacto e dos projetos, tomando como referência o conjunto de indicadores e objetivos definidos.
Os resultados são enviados ao Conselho Estratégico, que aprecia o progresso alcançado e dá parecer de acordo com o nível de desenvolvimento da prossecução do Pacto, podendo sugerir medidas corretivas. Por último, o Conselho de Direção aprecia o relatório e o parecer do Conselho Estratégico e, se assim o entender, define medidas corretivas, que poderão envolver a redefinição do programa de investimentos. A apreciação por parte do Conselho de Direção ocorrerá todos os anos até ao dia 31 de janeiro do ano consecutivo ao período de análise. Deste modo, segundo a metodologia adotada, o processo de avaliação acompanhará todo o período de execução, durante todo o período de vigência do Pacto.
No plano operacional, o acompanhamento dos projetos e candidaturas é da responsabilidade do Secretariado Executivo, o qual terá como responsabilidade:
- Instruir e apreciar as candidaturas de projetos, verificando, designadamente o seu enquadramento nas regras definidas no respetivo Regulamento Especifico;
- Formular pareceres técnicos sobre a viabilidade dos projetos, que permitam ao Conselho Diretivo fundamentar os seus pareceres;
- Garantir que a programação financeira apresentada na candidatura de cada projeto corresponda a uma estimativa dos pagamentos a efetuar pela entidade proponente durante os anos indicados;
- Manter atualizada a informação junto das autoridades de gestão sobre cada projeto;
- Verificar os elementos de despesa relativos às operações aprovadas;
- Preparar pedidos de pagamento;
- Prestar apoio às autoridades de gestão na preparação dos relatórios de execução;
- Efetuar acompanhamento físico e financeiro das candidaturas aprovadas.
Para além da concretização das tarefas associadas às responsabilidades descritas, as quais permitirão um conhecimento muito próximo dos projetos e do respetivo estado de implementação, a monitorização a realizar pelo secretariado executivo será assegurada através do acompanhamento direto dos projetos e da realização de reuniões com os promotores responsáveis pelos projetos.
Importa referir a definição de grupos de trabalho temáticos (potenciada pela prossecução do ciclo das Conversas In, de acordo com o referido no ponto 2.3.2, referente ao modelo de participação), organizados por prioridade de investimento, no qual participarão os promotores dos projetos. A constituição destes grupos de trabalho não só assegurará a adequada articulação entre promotores no plano operacional, como consolidará a lógica colaborativa entre estes, já iniciada aquando do desenvolvimento da EIDT. Estes grupos de trabalho reunirão entre si e articularão com o secretariado executivo sempre que necessário, contribuindo, assim, para a implementação de uma dinâmica de acompanhamento constante e presente, durante todo o período de execução dos projetos e do Pacto.

É de destacar a previsão de realização de uma avaliação intercalar do PDCT no 1º semestre de 2019.

Por último, importa referir o papel do Observatório previsto na EIDT e assumido no presente Pacto (ponto 3.4). Como parte integrante da estrutura de governação da EIDT, o Observatório é responsável pela recolha e sistematização de toda a informação relacionada com as realidades sub-regionais e com os diferentes indicadores que permitirão monitorizar os resultados e impactos da implementação da EIDT. Nesse sentido, a informação recolhida pelo Observatório será partilhada com o Secretariado Executivo, que assim contará com uma fonte adicional de dados e indicadores que permitirão um mais rigoroso acompanhamento do alinhamento entre os projetos, o Pacto e a EIDT.

Envolvimento e responsabilidades dos parceiros

O envolvimento e a responsabilidade dos parceiros perante o Conselho de Direção, no âmbito da implementação do Pacto, estrutura-se em torno de 3 aspetos essenciais:
- Execução dos projetos,
- Prestação de contas;
- Divulgação dos projetos.

No que se refere à execução dos projetos, os parceiros são responsáveis por:
- Executar as atividades inscritas, de acordo com a descrição e objetivos contidos na respetiva ficha de projeto;
- Velar pela implementação do projeto nos termos e prazos previstos na ficha de projeto, respeitando sempre as normas legais e fiscais aplicáveis aos FEEI;
- Respeitar e fazer respeitar o Pacto assinado entre todos os promotores;
- Comunicar ao Secretariado Executivo qualquer decisão ou modificação com influência nas condições definidas no Pacto e na ficha de projeto;
- Coordenar a implementação de atividades com outras entidades, no caso de projetos com parceiros adicionais;
- Informar o Secretariado Executivo sobre quaisquer alterações aos objetivos e conteúdo dos projetos aprovados, acompanhado da respetiva justificação;
- Proceder ou participar na divulgação do projeto ou de todo o Pacto;
- Manter toda a informação relativa à elaboração e implementação dos projetos, incluindo de ordem financeira e procedimental, nomeadamente: Garantir que são entregues os documentos justificativos relativos às despesas efetuadas; Assegurar que mantém contabilidade organizada; Apresentar pedidos de pagamento Coordenar o pagamento aos restantes beneficiários, de acordo com o definido no projeto;
- Responsabilizar-se pelo cumprimento das mesmas obrigações por parte dos restantes beneficiários do projeto.

No que se refere à prestação de contas, elemento essencial do processo de monitorização e avaliação, os promotores dos projetos são responsáveis por:
- Facilitar os mecanismos de acompanhamento por parte do Secretariado Executivo, entregando ao mesmo toda a informação necessária para a sua monitorização e avaliação a nível técnico e financeiro;
- Elaborar ficha síntese da execução dos projetos, com uma periodicidade anual, tendo por base modelo a entregar pelo Secretariado Executivo;
- Elaborar e enviar a quantificação dos indicadores do projeto no final de cada ano civil;
- Enviar com periodicidade anual ficha síntese do projeto para o Secretariado Executivo. No que se refere à publicidade e informação, os parceiros têm o dever de:
- Realizar atividades de informação e divulgação do projeto, de acordo com as determinações do Conselho de Direção;
- Prestar apoio em todas as atividades de informação e divulgação do projeto, quando solicitadas pelo Conselho de Direção ou o Secretariado Executivo;
- Comunicar no final de cado ano civil todas as atividades de disseminação desenvolvidas no âmbito do projeto;
- Guardar e enviar no final de cada ano civil versão em papel ou eletrónica dos materiais de comunicação, publicidade ou informação elaborados no âmbito do projeto.

Classificação dos Investimentos

Quadro de Investimentos

P.I.	Designação do Investimento	NIF Promotor	Promotor Nome	Valor Invest. Total	Ano Início	Concelho	% Imp.
02.03	MODERNIZAÇÃO EVOLUÇÃO E RENTABILIZAÇÃO DO CENTRO DE DADOS	506886964	MUNICÍPIO DE BOTICAS	50 000,00€	2016	Boticas	100,00

02.03	MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE REDE DE COMUNICAÇÕES. SISTEMAS E INFRAESTRUTURAS DE SUPORTE À MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	506886964	MUNICÍPIO DE BOTICAS	10 000,00€	2016	Boticas	100,00
02.03	DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS DE SUPORTE À MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	506886964	MUNICÍPIO DE BOTICAS	20 000,00€	2016	Boticas	100,00
02.03	PRESTAÇÃO DIGITAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE FORMA INTEGRADA E TOTALMENTE DESMATERIALIZADA	506886964	MUNICÍPIO DE BOTICAS	130 553,03€	2016	Boticas	100,00
02.03	DIGITALIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE URBANISMO EM FORMATO PAPEL	506886964	MUNICÍPIO DE BOTICAS	5 000,00€	2016	Boticas	100,00
02.03	EVOLUÇÃO DOS SISTEMA DE INFORMAÇÃO TERRITORIAL (SIG)	506886964	MUNICÍPIO DE BOTICAS	5 000,00€	2016	Boticas	100,00
02.03	CIBERINCLUSÃO E CULTURA ELETRÓNICA	506886964	MUNICÍPIO DE BOTICAS	20 000,00€	2016	Boticas	100,00
02.03	MODELOS DESCENTRALIZADOS DE ATENDIMENTO	501205551	MUNICÍPIO DE CHAVES	348 903,49€	2016	Chaves	100,00
02.03	ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL	501205551	MUNICÍPIO DE CHAVES	220 360,10€	2016	Chaves	100,00
02.03	EFICIÊNCIA DOS PROCESSOS	501205551	MUNICÍPIO DE CHAVES	266 268,45€	2016	Chaves	100,00
02.03	ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL	510957579	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO TÂMEGA	120 000,00€	2016	Chaves	25,00
02.03	SERVIÇOS PÚBLICOS ONLINE	506149811	MUNICÍPIO DE MONTALEGRE	155 000,00€	2016	Montalegre	100,00
02.03	AÇÕES DE EXPERIMENTAÇÃO	506149811	MUNICÍPIO DE MONTALEGRE	6 250,00€	2016	Montalegre	100,00
02.03	EFICIÊNCIA DOS PROCESSOS	506149811	MUNICÍPIO DE MONTALEGRE	320 790,00€	2016	Montalegre	100,00
02.03	EFICIÊNCIA DOS PROCESSOS	506818098	MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA	116 109,90€	2016	Ribeira de Pena	100,00
02.03	MODELOS DESCENTRALIZADOS DE ATENDIMENTO	506818098	MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA	97 855,10€	2016	Ribeira de Pena	100,00
02.03	CIBERINCLUSÃO E CULTURA ELETRÓNICA	506874320	MUNICÍPIO DE VALPAÇOS	51 249,47€	2016	Valpaços	100,00
02.03	SERVIÇOS ITINERANTES	506874320	MUNICÍPIO DE VALPAÇOS	31 687,65€	2016	Valpaços	100,00
02.03	EFICIÊNCIA DOS PROCESSOS	506874320	MUNICÍPIO DE VALPAÇOS	395 266,11€	2016	Valpaços	100,00

02.03	MODELOS DESCENTRALIZADOS DE ATENDIMENTO	506810267	MUNICÍPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR	213 885,65€	2016	Vila Pouca de Aguiar	100,00
02.03	ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL	506810267	MUNICÍPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR	55 000,00€	2016	Vila Pouca de Aguiar	100,00
02.03	EFICIÊNCIA DOS PROCESSOS	506810267	MUNICÍPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR	117 331,39€	2016	Vila Pouca de Aguiar	100,00
03.M04	REABILITAÇÃO DO REGADIO TRADICIONAL DA PONTE DO BICO	E111111013	JUNTA DE AGRICULTORES DA PONTA DO BICO	126 000,00€	2016	Montalegre	100,00
03.M04	REABILITAÇÃO DO REGADIO DE ADAGOI E MONTEIROS	E111111014	JUNTA DE AGRICULTORES DE ADAGOI E MONTEIROS	112 500,00€	2016	Vila Pouca de Aguiar	100,00
03.M04	REABILITAÇÃO DO REGADIO TRADICIONAL DE CABANAS	E111111015	JUNTA DE AGRICULTORES DE CABANAS	212 500,00€	2016	Valpaços	100,00
03.M04	REABILITAÇÃO DO REGADIO DE CASAS DE MONFORTE	E111111016	JUNTA DE AGRICULTORES DE CASAS DE MONFORTE	200 000,00€	2016	Chaves	100,00
03.M04	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DA BARRAGEM DE CURALHA	600000354	DIRECÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE	475 000,00€	2016	Chaves	100,00
03.M04	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DA BARRAGEM DE MAIROS	600000354	DIRECÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE	475 000,00€	2016	Chaves	100,00
03.M04	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DA BARRAGEM DE REGO DO MILHO	600000354	DIRECÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE	100 000,00€	2016	Chaves	100,00
03.M04	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DA BARRAGEM DE ARCOSSÓ, DO AH DA VEIGA DE CHAVES	600082440	DIRECÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	435 000,00€	2016	Chaves	100,00
03.M04	REABILITAÇÃO DO REGADIO DE COVAS DE BARROSO	E111111017	JUNTA DE AGRICULTORES DE COVAS DE BARROSO	140 000,00€	2016	Boticas	100,00
03.M04	REABILITAÇÃO DO REGADIO DE TRADICIONAL DE DONÕES	E111111018	JUNTA DE AGRICULTORES DE DONÕES	105 000,00€	2016	Montalegre	100,00
03.M04	REABILITAÇÃO DO REGADIO DE EIRIZ E VREIA DE BORNES	E111111019	JUNTA DE AGRICULTORES DE EIRIZ E VREIA DE BORNES	165 000,00€	2016	Vila Pouca de Aguiar	100,00

03.M04	REABILITAÇÃO DO REGADIO DE LOIVOS	E111111020	JUNTA DE AGRICULTORES DE LOIVOS	195 000,00€	2016	Chaves	100,00
03.M04	REABILITAÇÃO DO REGADIO DE TRADICIONAL DE MOURILHE	E111111021	JUNTA DE AGRICULTORES DE MOURILHE	235 000,00€	2016	Montalegre	100,00
03.M04	REABILITAÇÃO DO REGADIO DE RIBEIRA DE VACAS NO BRAGADO	E111111022	JUNTA DE AGRICULTORES DE RIBEIRA DE VACAS NO BRAGADO	112 500,00€	2016	Vila Pouca de Aguiar	100,00
03.M04	REABILITAÇÃO DO REGADIO TRADICIONAL DE RIO TORTO	E111111023	JUNTA DE AGRICULTORES DE RIO TORTO	250 000,00€	2016	Valpaços	100,00
03.M04	REABILITAÇÃO DO REGADIO DE SEARA VELHA	E111111024	JUNTA DE AGRICULTORES DE SEARA VELHA	200 000,00€	2016	Chaves	100,00
03.M04	REABILITAÇÃO DO REGADIO DE SOUTELO DE MATOS	E111111025	JUNTA DE AGRICULTORES DE SOUTELO DE MATOS	90 000,00€	2016	Vila Pouca de Aguiar	100,00
03.M04	REABILITAÇÃO DO REGADIO DE VILA NOVA DE VEIGA	E111111026	JUNTA DE AGRICULTORES DE VILA NOVA DE VEIGA	182 500,00€	2016	Chaves	100,00
03.M04	REABILITAÇÃO DO REGADIO DE VIVEIRO	E111111027	JUNTA DE AGRICULTORES DE VIVEIRO	150 000,00€	2016	Boticas	100,00
03.M04	REABILITAÇÃO DO REGADIO DA LEVADA DA ALDEIA	901003506	JUNTA DE AGRICULTORES REGADIO DA LEVADA DA ALDEIA	98 000,00€	2016	Ribeira de Pena	100,00
03.M04	REABILITAÇÃO DO REGADIO TRADICIONAL DE PITÕES DAS JÚNIAS	E111111028	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO DE PITÕES DAS JÚNIAS	150 000,00€	2016	Montalegre	100,00
03.M04	REABILITAÇÃO DO REGADIO DE TRADICIONAL DE TINHELA	E111111029	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO DE TINHELA	250 000,00€	2016	Valpaços	100,00
03.M04	REABILITAÇÃO DO REGADIO DE TRADICIONAL DE PENEDONES	E111111030	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO TRADICIONAL DA PENEDONES	105 000,00€	2016	Montalegre	100,00
03.M04	REABILITAÇÃO DO REGADIO DE TRADICIONAL DE PADORNELOS	E111111031	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO TRADICIONAL DE PADORNELOS	187 000,00€	2016	Montalegre	100,00

03.M04	REABILITAÇÃO DO REGADIO DE TRADICIONAL DE PARAFITA	E111111032	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO TRADICIONAL DE PARAFITA	87 500,00€	2016	Montalegre	100,00
03.M04	REABILITAÇÃO DO REGADIO DA LEVADA DO BUCHEIRO	E111111034	JUNTA DE AGRICULTORES REGADIO DA LEVADA DO BUCHEIRO	108 500,00€	2016	Ribeira de Pena	100,00
03.M04	REABILITAÇÃO DO REGADIO DA LEVADA DO OURO DE CIMA	E111111035	JUNTA DE AGRICULTORES REGADIO DA LEVADA DO OURO DE CIMA	248 500,00€	2016	Ribeira de Pena	100,00
03.M04	REABILITAÇÃO DO REGADIO DE CARVALHELHOS	E111111036	JUNTA DE AGRICULTORES REGADIO DE CARVALHELHOS	160 000,00€	2016	Boticas	100,00
03.M04	REABILITAÇÃO DO REGADIO DE VILA GRANDE	E111111037	JUNTA DE AGRICULTORES REGADIO DE VILA GRANDE	100 000,00€	2016	Boticas	100,00
03.M04	REABILITAÇÃO DO REGADIO DO RIO TINHELA NA LAGOA	E111111038	JUNTA DE AGRICULTORES REGADIO DO RIO TINHELA NA LAGOA	90 000,00€	2016	Vila Pouca de Aguiar	100,00
04.03	EDIFÍCIOS: CÂMARA MUNICIPAL (EDÍFICIO NOVO)	506886964	MUNICÍPIO DE BOTICAS	22 886,91€	2016	Boticas	100,00
04.03	EDIFÍCIOS: PISCINAS MUNICIPAIS	506886964	MUNICÍPIO DE BOTICAS	191 293,26€	2016	Boticas	100,00
04.03	EDIFÍCIOS: CAMPO DE FUTEBOL	506886964	MUNICÍPIO DE BOTICAS	14 832,44€	2016	Boticas	100,00
04.03	EDIFÍCIOS: BIBLIOTECA MUNICIPAL	506886964	MUNICÍPIO DE BOTICAS	87 179,62€	2016	Boticas	100,00
04.03	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	506886964	MUNICÍPIO DE BOTICAS	428 221,25€	2016	Boticas	100,00
04.03	EDIFÍCIOS: PISCINAS DA QUINTA DO REBENTÃO	501205551	MUNICÍPIO DE CHAVES	205 000,00€	2016	Chaves	100,00
04.03	EDIFÍCIOS: CENTRO CULTURAL DE CHAVES	501205551	MUNICÍPIO DE CHAVES	126 500,00€	2016	Chaves	100,00
04.03	EDIFÍCIOS: EDIFÍCIO DOS PAÇOS DOS DUQUES DE BRAGANÇA	501205551	MUNICÍPIO DE CHAVES	221 500,00€	2016	Chaves	100,00
04.03	EDIFÍCIOS: AUDITÓRIO ENGº LUÍS COUTINHO	501205551	MUNICÍPIO DE CHAVES	152 500,00€	2016	Chaves	100,00
04.03	EDIFÍCIOS: EDIFÍCIO DA DIVISÃO DE ÁGUAS E RESÍDUOS	501205551	MUNICÍPIO DE CHAVES	21 000,00€	2016	Chaves	100,00
04.03	EDIFÍCIOS: EDIFÍCIO POLIS	501205551	MUNICÍPIO DE CHAVES	124 000,00€	2016	Chaves	100,00

04.03	EDIFÍCIOS: INSTALAÇÕES DA DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS	501205551	MUNICÍPIO DE CHAVES	268 000,00€	2016	Chaves	100,00
04.03	EDIFÍCIOS: EDIFÍCIO PRINCIPAL DA CMC	501205551	MUNICÍPIO DE CHAVES	50 000,00€	2016	Chaves	100,00
04.03	EDIFÍCIOS: CENTRO ESCOLAR DE SANTA CRUZ	501205551	MUNICÍPIO DE CHAVES	80 000,00€	2016	Chaves	100,00
04.03	EDIFÍCIOS: EDIFÍCIO DOS MAGISTRADOS (DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS)	501205551	MUNICÍPIO DE CHAVES	55 000,00€	2016	Chaves	100,00
04.03	EDIFÍCIOS: BIBLIOTECA MUNICIPAL	501205551	MUNICÍPIO DE CHAVES	85 000,00€	2016	Chaves	100,00
04.03	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	501205551	MUNICÍPIO DE CHAVES	1 194 036,14€	2016	Chaves	100,00
04.03	EDIFÍCIOS: PISCINA MUNICIPAL	506149811	MUNICÍPIO DE MONTALEGRE	800 000,00€	2016	Montalegre	100,00
04.03	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	506149811	MUNICÍPIO DE MONTALEGRE	691 722,77€	2016	Montalegre	100,00
04.03	EDIFÍCIOS: ARMAZÉM MUNICIPAL	506818098	MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA	200 000,00€	2016	Ribeira de Pena	100,00
04.03	EDIFÍCIOS: PAÇOS DO CONCELHO	506818098	MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA	305 000,00€	2016	Ribeira de Pena	100,00
04.03	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	506818098	MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA	157 241,70€	2016	Ribeira de Pena	100,00
04.03	EDIFÍCIOS: CENTRO CULTURAL	506874320	MUNICÍPIO DE VALPAÇOS	250 000,00€	2016	Valpaços	100,00
04.03	EDIFÍCIOS: PAÇOS DO CONCELHO	506874320	MUNICÍPIO DE VALPAÇOS	120 000,00€	2016	Valpaços	100,00
04.03	EDIFÍCIOS: PAVILHÃO MULTIUSOS	506874320	MUNICÍPIO DE VALPAÇOS	170 000,00€	2016	Valpaços	100,00
04.03	EDIFÍCIOS: SERVIÇOS MUNICIPAIS DE OBRAS	506874320	MUNICÍPIO DE VALPAÇOS	40 000,00€	2016	Valpaços	100,00
04.03	EDIFÍCIOS: ESTÁDIO MUNICIPAL	506874320	MUNICÍPIO DE VALPAÇOS	30 000,00€	2016	Valpaços	100,00
04.03	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	506874320	MUNICÍPIO DE VALPAÇOS	869 843,87€	2016	Valpaços	100,00
04.03	EDIFÍCIOS: CINETEATRO, PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO, PALACETE SILVA, PAÇOS DO CONCELHO, MUSEU MUNICIPAL, BIBLIOTECA, CASA DA CULTURA, CENTRAL DE CAMIONAGEM E CENTRO EMPRESARIAL.	506810267	MUNICÍPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR	995 184,00€	2016	Vila Pouca de Aguiar	100,00
04.03	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	506810267	MUNICÍPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR	200 000,00€	2016	Vila Pouca de Aguiar	100,00

05.02	REFORÇO DA INSTALAÇÃO DE REDES DE DEFESA DE FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS EM TERRENO NÃO PRIVADO, VISANDO A DIMINUIÇÃO DA CARGA DE COMBUSTÍVEL E DE ACESSO A PONTOS DE ÁGUA	506886964	MUNICÍPIO DE BOTICAS	53 689,73€	2016	Boticas	100,00
05.02	REFORÇO DA INSTALAÇÃO DE REDES DE DEFESA DE FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS EM TERRENO NÃO PRIVADO, VISANDO A DIMINUIÇÃO DA CARGA DE COMBUSTÍVEL E DE ACESSO A PONTOS DE ÁGUA	501205551	MUNICÍPIO DE CHAVES	186 261,61€	2016	Chaves	100,00
05.02	REVISÃO DOS PLANOS DE EMERGÊNCIA	510957579	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO TÂMEGA	92 000,00€	2016	Chaves	25,00
05.02	ESTUDOS TÉCNICOS, CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	510957579	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO TÂMEGA	25 647,06€	2016	Chaves	25,00
05.02	REFORÇO DA INSTALAÇÃO DE REDES DE DEFESA DE FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS EM TERRENO NÃO PRIVADO, VISANDO A DIMINUIÇÃO DA CARGA DE COMBUSTÍVEL E DE ACESSO A PONTOS DE ÁGUA	506149811	MUNICÍPIO DE MONTALEGRE	107 588,31€	2016	Montalegre	100,00
05.02	REFORÇO DA INSTALAÇÃO DE REDES DE DEFESA DE FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS EM TERRENO NÃO PRIVADO, VISANDO A DIMINUIÇÃO DA CARGA DE COMBUSTÍVEL E DE ACESSO A PONTOS DE ÁGUA	506818098	MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA	47 763,21€	2016	Ribeira de Pena	100,00
05.02	REFORÇO DA INSTALAÇÃO DE REDES DE DEFESA DE FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS EM TERRENO NÃO PRIVADO, VISANDO A DIMINUIÇÃO DA CARGA DE COMBUSTÍVEL E DE ACESSO A PONTOS DE ÁGUA	506874320	MUNICÍPIO DE VALPAÇOS	106 731,55€	2016	Valpaços	100,00
05.02	REFORÇO DA INSTALAÇÃO DE REDES DE DEFESA DE FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS EM TERRENO NÃO PRIVADO, VISANDO A DIMINUIÇÃO DA CARGA DE COMBUSTÍVEL E DE ACESSO A PONTOS DE ÁGUA	506810267	MUNICÍPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR	86 200,89€	2016	Vila Pouca de Aguiar	100,00

08.03	APOIO AO EMPREENDEDORISMO NO AT: COMPONENTE IEFP	501442600	INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	1 497 319,46€	2016	Chaves	25,00
08.08	APOIO AO EMPREENDEDORISMO NO AT: COMPONENTE IEFP	501442600	INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	255 983,00€	2016	Chaves	25,00
08.03	APOIO AO EMPREENDEDORISMO NO AT: COMPONENTE CASES	509266614	CASES	211 158,18€	2016	Chaves	25,00
08.08	APOIO AO EMPREENDEDORISMO NO AT: COMPONENTE CASES	509266614	CASES	64 688,98€	2016	Chaves	25,00
08.03	APOIO AO EMPREENDEDORISMO NO AT: COMPONENTE IPJD	510089224	IPDJ	211 158,18€	2016	Chaves	25,00
08.08	APOIO AO EMPREENDEDORISMO NO AT: COMPONENTE IPJD	510089224	IPDJ	64 688,98€	2016	Chaves	25,00
08.03	APOIO AO EMPREENDEDORISMO NO AT: COMPONENTE CIM AT	510957579	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO TÂMEGA	6 526 691,53€	2016	Chaves	25,00
08.08	APOIO AO EMPREENDEDORISMO NO AT: COMPONENTE CIM AT	510957579	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO TÂMEGA	2 202 198,04€	2016	Chaves	25,00
09.07	BENEFICIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS	506790878	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BOTICAS	288 431,93€	2016	Boticas	100,00
09.04	DAR VIDA AOS ANOS ENVELHECENDO	506886964	MUNICÍPIO DE BOTICAS	129 985,19€	2016	Boticas	100,00
09.04	ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL	501205551	MUNICÍPIO DE CHAVES	188 447,56€	2016	Chaves	100,00
09.01	CONTRATOS EMPREGO-INSERÇÃO -AT: COMPONENTE IEFP	501442600	INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	9 330 646,60€	2016	Chaves	25,00
09.07	EQUIPAMENTO SOCIAL PARA DEFICIENTES	504229265	ASSOCIAÇÃO FLÔR DO TÂMEGA PARA APOIO A DEFICIENTES	768 440,40€	2016	Chaves	25,00
09.04	UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE	507691350	ASSOCIAÇÃO CHAVES SOCIAL	262 500,00€	2016	Chaves	100,00
09.01	BOLSA DE VOLUNTARIADO - AT: COMPONENTE CASES	509266614	CASES	258 106,12€	2016	Chaves	25,00
09.07	BENEFICIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS	510853170	GERAÇÃO SOLIDÁRIA	232 194,19€	2016	Chaves	100,00

09.07	BENEFICIAÇÃO DA UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS	501745963	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTALEGRE	440 000,00€	2016	Montalegre	100,00
09.07	BENEFICIAÇÃO DO LAR DE SALTO	503455857	ASSOCIAÇÃO BORDA D'ÁGUA	137 985,87€	2016	Montalegre	100,00
09.04	TEMPO DE APRENDER COM OS SÉNIORES	506149811	MUNICÍPIO DE MONTALEGRE	260 476,02€	2016	Montalegre	100,00
09.04	IDADE +	506818098	MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA	115 636,82€	2016	Ribeira de Pena	100,00
09.07	BENEFICIAÇÃO DO LAR DE CERVA	506818098	MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA	256 593,48€	2016	Ribeira de Pena	100,00
09.04	PROJETO "PII- PROXIMIDADE AO IDOSO ISOLADO"	506874320	MUNICÍPIO DE VALPAÇOS	50 401,80€	2016	Valpaços	100,00
09.04	PROJETO AFETOS - ENVELHECIMENTO ATIVO	506874320	MUNICÍPIO DE VALPAÇOS	208 000,00€	2016	Valpaços	100,00
09.07	CENTRO DE ATIVIDADES SOCIAIS	506874320	MUNICÍPIO DE VALPAÇOS	430 000,00€	2016	Valpaços	100,00
09.07	PROJECTO PRIMULA (RECUPERAÇÃO DE EDIFICIOS)	506874320	MUNICÍPIO DE VALPAÇOS	103 383,41€	2016	Valpaços	100,00
09.07	REMODELAÇÃO DE EDIFÍCIO MUNICIPAL DESTINADO À CRUZ VERMELHA	506874320	MUNICÍPIO DE VALPAÇOS	40 000,00€	2016	Valpaços	100,00
09.04	TELEASSISTÊNCIA A IDOSOS	506810267	MUNICÍPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR	20 000,00€	2016	Vila Pouca de Aguiar	100,00
09.04	IDOSO+	506810267	MUNICÍPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR	188 696,15€	2016	Vila Pouca de Aguiar	100,00
09.07	PROJETO SERVIÇO DE INTERNAMENTO PSIQUIÁTRICO	506810267	MUNICÍPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR	463 088,41€	2016	Vila Pouca de Aguiar	100,00
10.01	PROMOÇÃO DO SUCESSO E COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR	506886964	MUNICÍPIO DE BOTICAS	454 000,00€	2016	Boticas	100,00
10.05	CENTRO ESCOLAR	506886964	MUNICÍPIO DE BOTICAS	247 635,00€	2016	Boticas	100,00
10.01	PROMOÇÃO DO SUCESSO E COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR	501205551	MUNICÍPIO DE CHAVES	1 577 183,48€	2016	Chaves	100,00
10.05	EB1 JARDIM DE INFÂCIA DE VIDAGO	501205551	MUNICÍPIO DE CHAVES	199 104,00€	2016	Chaves	100,00
10.05	EB1 JARDIM DE INFÂNCIA CASAS DOS MONTES - CHAVES	501205551	MUNICÍPIO DE CHAVES	530 171,00€	2016	Chaves	100,00
10.05	JARDIM DE INFÂNCIA E EB1 DO CANEIRO	501205551	MUNICÍPIO DE CHAVES	236 463,00€	2016	Chaves	100,00
10.05	JARDIM DE INFÂNCIA EB1 VILA VERDE DA RAIA	501205551	MUNICÍPIO DE CHAVES	336 298,00€	2016	Chaves	100,00

10.01	PLANO INTEGRADO E INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR NO ALTO TÂMEGA	510957579	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO TÂMEGA	120 000,00€	2016	Chaves	25,00
10.05	ESCOLA FERNÃO DE MAGALHÃES	600015467	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA	570 000,00€	2016	Chaves	100,00
10.01	PROMOÇÃO DO SUCESSO E COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR	506149811	MUNICÍPIO DE MONTALEGRE	910 722,84€	2016	Montalegre	100,00
10.05	ESCOLA DO BAIXO BARROSO	506149811	MUNICÍPIO DE MONTALEGRE	172 000,00€	2016	Montalegre	100,00
10.05	ESCOLA SECUNDÁRIA BENTO DA CRUZ	506149811	MUNICÍPIO DE MONTALEGRE	1 000 000,00€	2016	Montalegre	100,00
10.05	JARDIM DE INFÂNCIA EB 1 SALTO	506149811	MUNICÍPIO DE MONTALEGRE	270 000,00€	2016	Montalegre	100,00
10.01	PROMOÇÃO DO SUCESSO E COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR	506818098	MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA	404 310,14€	2016	Ribeira de Pena	100,00
10.05	CENTRO ESCOLAR DE RIBEIRA DE PENA	506818098	MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA	264 750,00€	2016	Ribeira de Pena	100,00
10.05	ESCOLA EB2 DE CERVA	506818098	MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA	193 894,00€	2016	Ribeira de Pena	100,00
10.01	PROMOÇÃO DO SUCESSO E COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR	506874320	MUNICÍPIO DE VALPAÇOS	903 470,57€	2016	Valpaços	100,00
10.05	EB23 DE CARRAZEDO DE MONTENEGRO	506874320	MUNICÍPIO DE VALPAÇOS	170 000,00€	2016	Valpaços	100,00
10.05	ESCOLA SECUNDÁRIA DE VALPAÇOS	506874320	MUNICÍPIO DE VALPAÇOS	920 000,00€	2016	Valpaços	100,00
10.01	PROMOÇÃO DO SUCESSO E COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR	506810267	MUNICÍPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR	729 680,80€	2016	Vila Pouca de Aguiar	100,00
10.05	EB1/JARDIM DE INFÂNCIA CAMPO DE JALES	506810267	MUNICÍPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR	380 000,00€	2016	Vila Pouca de Aguiar	100,00
10.05	REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA SEDE DE VILA POUCA DE AGUIAR	506810267	MUNICÍPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR	430 000,00€	2016	Vila Pouca de Aguiar	100,00
10.05	REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE VILA POUCA DE AGUIAR E OFICINAS	506810267	MUNICÍPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR	80 000,00€	2016	Vila Pouca de Aguiar	100,00